

JEFFERSON RODRIGO DO NASCIMENTO

**ESCOLA INVISÍVEL NOS TRÓPICOS: A COMUNIDADE
BRASILEIRA DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Associado Geraldo Miniuci Ferreira Junior

FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo
2017

JEFFERSON RODRIGO DO NASCIMENTO

**ESCOLA INVISÍVEL NOS TRÓPICOS: A COMUNIDADE
BRASILEIRA DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

Tese apresentada como requisito para obtenção
do título de Doutor em Direito Internacional pela
Universidade de São Paulo

Orientador: Professor Associado Geraldo Miniuci
Ferreira Junior

FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo
2017

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Nascimento, Jefferson Rodrigo do.

Escola invisível nos trópicos: a comunidade brasileira de Direito Internacional Público / Jefferson Rodrigo do Nascimento. – São Paulo : J. R. Nascimento, 2017. 202 f.: fig.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da USP, 2017.

Orientador: Professor Geraldo Miniuci Ferreira Junior.

Notas de rodapé.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Jefferson Rodrigo do Nascimento

ESCOLA INVISÍVEL NOS TRÓPICOS: a comunidade brasileira de Direito Internacional Público

Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Direito Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Miniuci Ferreira Junior

Área de concentração: Direito Internacional

Aprovada em: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Geraldo Miniuci Ferreira Junior Julgamento: _____

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Julgamento: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Julgamento: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Julgamento: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____ Julgamento: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*Para Raquel
Minha inspiração infinita*

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

Meu orientador, Professor Geraldo Miniuci Ferreira Junior, pela confiança em mim depositada e pelo exemplo de compromisso com o Direito Internacional

A professora Elizabeth de Almeida Meirelles e professor Alberto do Amaral Junior, integrantes da minha banca de qualificação, cuja contribuição para a conclusão deste trabalho foi inestimável, seja pelas sugestões dadas naquela ocasião, seja pelas conversas e orientações nos corredores das Arcadas

Os professores George Galindo, Wagner Menezes e Marcilio Toscano Franca Filho e Bruno de Oliveira Biazatti, pela gentil e solícita disponibilidade para as entrevistas realizadas nesta pesquisa

Os amigos e amigas do Largo de São Francisco, notadamente participantes do Núcleo de Estudos Internacionais e do Observatório da Política Externa do Brasil, pelo estímulo renitente ao aprendizado e ao questionamento

Ana Cernov, Camila Asano, Camyl Cruz, Carlos Calegari, Daniel Ribeiro, Daniela Bucci, Eduardo Montero, Elaini Silva, Evorah Costa, Felipe Morettini, Flávio Siqueira, Gustavo Vieira, Henrique Brasil, Henrique Santos, Igor Rolemberg, Jessica Morris, João Britto, Jorge Matsumoto, Juana Kweitel, Laura Daudén, Laura Waisbich, Lucia Nader, Luísa Luz, Luiz Cruz, Luz Gonzalez, Manuela Lourenção, Marcos de Sá, Marina Barbosa, Marina Luna, Odenicio Marques, Pedro Silvestrini, Rafael Custódio, Raísa Cetra, Renato Matteo, Sheila de Carvalho, Surrailly Youssef, Thiago Souza, Wagner Artur Cabral Alexandra Montgomery e Eduardo Baker, por todo o incentivo dado em centenas de conversas sobre assuntos ligados, direta ou indiretamente, ao tema desta pesquisa

A Lucila, Lúcia e Sr. Vicente, que me auxiliaram e apoiaram para esse trabalho fosse possível

Especialmente aos meus pais, Márcia e Wilson, e meus irmãos, Aline e Yan, pelo apoio incansável e pelo exemplo permanente

Mais do que todos, agradeço à Raquel, meu incentivo constante e inspiração infinita

Não me tornei descrente da Sociedade das Nações. Esperava que os defeitos devidos ao momento em que se formou se fossem, aos poucos, diluindo, e ela se erguesse, grandiosa e forte, ainda em meus dias. As contingências humanas o não permitiram. Mas o caminho que a civilização aponta é esse. Talvez seja necessário fazer uma curva mais forte para contornar di culdades; porém, ou dominem, ainda, por surto espontâneo sentimentos de mais e caz altruísmo, ou resultem de uma elaboração americana que se está operando aos nossos olhos, a marcha para a unidade da família humana juridicamente organizada há de, fatalmente, realizar-se. Tal o meu sentir.

Parecer do Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores, Clóvis Beviláqua, sobre a Saída do Brasil da Sociedade das Nações e da Corte Permanente de Justiça Internacional, emitido no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1926:

In: MRE, Pareceres dos Consultores Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores (1913-1934), MRE/Seção de Publicações, 1962, pp. 343-344.

RESUMO

NASCIMENTO, J. R. **Escola invisível nos trópicos: a comunidade brasileira de Direito Internacional Público**. 2017. 202 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

Esta Tese defende que juristas internacionais brasileiros constituem uma comunidade acadêmico-profissional dotada de elementos identificadores e específicos da matéria. Utilizando a metáfora de Oscar Schachter (“Escola Invisível de juristas internacionais”) para descrever a comunidade profissional de Direito Internacional – que, dedicada a um projeto intelectual comum no plano acadêmico e profissional, seria dotada de influência decisiva em esferas de governo – serão analisados alguns elementos da atuação de juristas internacionais brasileiros, visando aferir a influência recíproca da atividade acadêmica nos canais oficiais do Estado, espaços de comunicação e colaboração científica e acadêmica sobre Direito Internacional e impacto da atuação em demandas envolvendo o país na jurisprudência de sistema regional de Direitos Humanos. Ao final, buscar-se-á verificar se esses caracteres da atuação de juristas internacionais brasileiros podem ser interpretados como possuidores de um senso coletivo de propósito e, assim, caracterizando uma Escola Invisível dentre a comunidade profissional de Direito Internacional no Brasil.

Palavras-Chave: Juristas internacionais, comunidade brasileira de Direito Internacional, consultores jurídicos, ensino jurídico, Sistema interamericano de Direitos Humanos

ABSTRACT

NASCIMENTO, J. R. **Escola invisível nos trópicos: a comunidade brasileira de Direito Internacional Público**. 2017. 202 p. Degree (Doctorate) – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

This thesis argues that Brazilian international lawyers constitute an academic-professional community with recognizable and characteristic elements. Using the metaphor of Oscar Schachter ("Invisible School of International Lawyers") to describe the professional community of International Law - which, given a common academic and professional intellectual project, would have decisive influence in spheres of government - will be analyzed elements of the work of Brazilian international lawyers, aiming to gauge the reciprocal influence of academic activity in the official channels of the State, spaces of communication and scientific and academic collaboration on International Law and impact of the action in the cases involving the country in the jurisprudence of regional system of Human Rights Humans. In the end, it will be sought to verify if these characters of the action of Brazilian international jurists can be interpreted as possessing a collective sense of purpose and, thus, characterizing an Invisible School among the professional community of International Law in Brazil.

Keywords: International lawyers, Brazilian community of International Law, legal advisers, legal education, Inter-American Human Rights System

RESUMEN

NASCIMENTO, J. R. **Escola invisível nos trópicos: a comunidade brasileira de Direito Internacional Público**. 2017. 202 f. Tesis (Doctorado) – Facultad de Derecho, Universidad de São Paulo, 2017.

Esta tesis sostiene que los abogados internacionales brasileños son una comunidad académica y profesional dotado de identificadores y elementos específicos de la materia. Usando la metáfora de Oscar Schachter ("Colegio Invisible de abogados internacionales") para decribir la comunidad profesional del derecho internacional - la dedicada a un proyecto intelectual común en el ámbito académico y profesional, estarían dotadas con una influencia decisiva en las esferas de gobierno - será analizada algunos elementos de la actuación de los abogados internacionales brasileños a punto de referencia la influencia recíproca de la actividad académica en los canales oficiales del estado, espacios de comunicación y la colaboración científica y académica en el derecho y el impacto de las acciones en juicios que involucran el país en el sistema regional de derechos jurisprudencia internacional humano. Al final, recoger comprobará si estos personajes el rendimiento de juristas internacionales brasileños se puede interpretar como que tiene un sentido colectivo de propósito y ofrece así una escuela invisible entre la comunidad profesional del derecho internacional en Brasil.

Palabras clave: Juristas Internacionales, comunidad brasileña del derecho internacional, consultores legales, educación legal, sistema interamericano de derechos humanos

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Oscar Schachter	25
Figura 2 – Consultores Jurídicos: Local de Nascimento	52
Figura 3 – Consultores Jurídicos MRE: Distribuição cronológica de pareceres selecionados	58
Figura 4 – Consultores Jurídicos MRE: Razão entre pareceres emitidos e número de meses na CJ-MRE	59
Figura 5 – Consultores Jurídicos MRE: Percentual de pareceres por tema	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Consultores: Escolas de Graduação em Direito	50
Tabela 2 – Clóvis Beviláqua: Temas abordados como consultor jurídico do MRE em pareceres selecionados	61
Tabela 3 – Cançado Trindade: Temas abordados como consultor jurídico do MRE em pareceres selecionados	64

ENTREVISTAS

Professor George Galindo, realizada na Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, no dia 9 de agosto de 2016.

Professor Wagner Menezes Lino, realizada em São Paulo no dia 20 de outubro de 2016.

Professor Marcilio Toscano Franca Filho, professor da Universidade Federal da Paraíba e presidente do Ramo Brasileiro da *International Law Association*, realizada em 23 de dezembro de 2016.

Bruno de Oliveira Biazatti, pesquisador e coordenador executivo do CEDIN, realizada por Skype no dia 02 de dezembro de 2016.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Sigla	Descrição
ABDI	Academia Brasileira de Direito Internacional
AGU	Advocacia Geral da União
AJIL	<i>American Journal of International Law</i>
ASIL	<i>American Society of International Law</i>
CADH	Convenção Americana sobre Direitos Humanos
CAE	Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco
CBDI	Congresso Brasileiro de Direito Internacional
CEDIN	Centro de Direito Internacional
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CJ-MRE	Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores
CJI	Comitê Jurídico Interamericano
Corte IDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
DIP	Direito Internacional Público
DIPr	Direito Internacional Privado
IDI	<i>Institut de Droit International</i>
ILA	<i>International Law Association</i>
ILA-Brasil	<i>International Law Association</i> – Ramo Brasileiro
IRBr	Instituto Rio Branco
LAIL	<i>Latin American International Law</i>
MNE	Ministério de Negócios Exteriores
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAIL	<i>New Approach to International Law</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PIDCP	Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos

RISE	Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores
SIDH	Sistema Interamericano de Direitos Humanos
TWAIL	<i>Third World Approach to International Law</i>
UNOLA	<i>United Nations Office of Legal Affairs</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
2. METODOLOGIA EMPREGADA NA PESQUISA	22
3. ESCOLA INVISÍVEL: CONSTRUINDO MODELO DE ANÁLISE	23
3.1. ESCOLA INVISÍVEL	23
3.1.1. OSCAR SCHACHTER: ESCOLA INVISÍVEL DE JURISTAS INTERNACIONAIS	24
3.1.1.1. Sobre Oscar Schachter	24
3.1.1.2. Sobre o artigo “The Invisible College of International Lawyers”	25
3.1.1.3. Independência profissional e influência oficial.....	27
3.1.1.4. Objetividade do Direito Internacional	27
3.1.1.5. Direito Internacional como disciplina unificada	28
3.1.1.6. Papel “legislativo” dos juristas internacionais	29
3.1.2. SANTIAGO VILLALPANDO: REVISITANDO SCHACHTER	31
3.1.2.1. Sobre Santiago Villalpando	32
3.1.2.2. Atualizando o conceito de Escola Invisível.....	33
3.1.2.3. Fragmentação do Direito Internacional:.....	33
3.1.2.4. Multiplicação de Cortes e Tribunais Internacionais.....	35
3.1.2.5. Mudanças nos esforços de codificação e afastamento dos instrumentos de hard law...36	
3.1.2.6. Conclusão: Escola Invisível mais influente	37
3.2. LENTES DE DIREITO INTERNACIONAL	38
3.2.1. NAIL – NEW APPROACH TO INTERNATIONAL LAW	39
3.2.2. TWAIL – THIRD WORLD APPROACH TO INTERNACIONAL LAW	41
3.3. CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE.....	42
4. PENETRAÇÃO PACÍFICA DE IDEIAS: JURISTAS INTERNACIONAIS DO BRASIL E POSIÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO.....	44

4.1. MÉTODO DE PESQUISA UTILIZADO	44
4.2. A CONSULTORIA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	45
4.2.1. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	45
4.2.2. OS CONSULTORES JURÍDICOS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	48
4.3. PENETRAÇÃO PACÍFICA DE IDEIAS: ANÁLISE DE PARECERES	52
4.3.1. NOTA SOBRE O MÉTODO DE ANÁLISE UTILIZADO.....	52
4.3.2. PARECERES DE CONSULTORES JURÍDICOS DO MRE.....	56
4.3.2.1. Clóvis Beviláqua: Pioneiro na integração de teoria e prática no Direito Internacional ...	61
4.3.2.2. Antonio Augusto Cançado Trindade: Paradigma de consultor jurídico acadêmico	64
4.4. CONCLUSÃO: PENETRAÇÃO PACÍFICA DE IDÉIAS E INFLUÊNCIA RECÍPROCA ENTRE CONSULTORES JURÍDICOS DO MRE E O ESTADO BRASILEIRO.....	67
<u>5. COLABORAÇÃO E COMUNICAÇÃO ENTRE MEMBROS DA COMUNIDADE BRASILEIRA DE DIREITO INTERNACIONAL</u>	<u>69</u>
5.1. MÉTODO DE PESQUISA UTILIZADO	69
5.2. ASSOCIAÇÕES BRASILEIRAS DE DIREITO INTERNACIONAL	70
5.2.1. RAMO BRASILEIRO DA INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION (ILA-BRASIL)	70
5.2.2. CENTRO DE DIREITO INTERNACIONAL	72
5.2.3. ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO INTERNACIONAL	75
5.3. CONCLUSÃO: COMUNICAÇÃO E COLABORAÇÃO NA COMUNIDADE BRASILEIRA DE JURISTAS INTERNACIONAIS	78
<u>6. COMUNIDADE BRASILEIRA DE DIREITO INTERNACIONAL E ADJUDICAÇÃO INTERNACIONAL</u>	<u>80</u>
6.1. MÉTODO DE PESQUISA UTILIZADO	80
6.2. CONTEXTO: IMPORTÂNCIA DO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	80
6.2.1. OS SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	80
6.2.2. O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	82
6.3. LENTE TEMÁTICA: DIREITO A UM RECURSO EFETIVO NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	84
6.3.1. O DIREITO À PROTEÇÃO JUDICIAL: ORIGEM DO DISPOSITIVO	84
6.3.2. A IMPORTÂNCIA DO DIREITO A PROTEÇÃO JUDICIAL NO SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	85
6.3.3. SOBRE A REGRA DO ESGOTAMENTO DOS RECURSOS INTERNOS: NOVO ENFOQUE NO TRATAMENTO DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	88

6.3.4.	A RAZOABILIDADE NA DURAÇÃO DO PROCESSO	91
6.3.5.	CRITÉRIOS PARA AVERIGUAR A RAZOABILIDADE DA DURAÇÃO DO PROCESSO.....	92
6.3.6.	HIPÓTESES DE VIOLAÇÃO FLAGRANTE DO PRINCÍPIO DO PRAZO RAZOÁVEL DO PROCESSO	93
6.4.	GENEALOGIA DO DIREITO A RECURSO EFETIVO: O RECURSO DE AMPARO	94
6.4.1.	RECURSO DE AMPARO: UM REMÉDIO CONSTITUCIONAL LATINO-AMERICANO	94
6.4.2.	MÉXICO: ORIGEM, CONSOLIDAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO INSTITUTO.....	95
6.4.3.	A DISSEMINAÇÃO DO JUÍZO DE AMPARO	97
6.4.4.	BRASIL: JUÍZO DE AMPARO COMO HABEAS CORPUS, MANDADO DE SEGURANÇA E INJUNÇÃO.....	98
6.4.5.	O RECURSO DE AMPARO E A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS....	100
6.4.5.1.	O recurso de amparo como paradigma de recurso judicial simples e rápido.....	100
6.4.5.2.	A razoabilidade na duração dos recursos judiciais	102
6.4.5.3.	Critérios para averiguar a razoabilidade da duração do processo.....	102
6.4.6.	RECURSO DE AMPARO: CONTIBUTO LATINO-AMERICANO PARA O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	104
6.5.	BRASIL NO BANCO DOS RÉUS: CONTRIBUIÇÃO JURISPRUDENCIAL DE CASOS BRASILEIROS NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....	105
6.5.1.	O CASO XIMENES LOPES VS. BRASIL	105
6.5.1.1.	Contexto do caso	105
6.5.1.2.	O direito a um recurso efetivo no caso Ximenes Lopes	106
6.5.2.	O CASO NOGUEIRA DE CARVALHO E OUTRO VS. BRASIL	110
6.5.2.1.	Contexto do caso	110
6.5.2.2.	O direito a um recurso efetivo no caso Nogueira de Carvalho e outro	111
6.5.3.	O CASO ESCHER E OUTROS VS. BRASIL.....	113
6.5.3.1.	Contexto do caso	113
6.5.3.2.	O direito a um recurso efetivo no caso Escher e outros	114
6.5.4.	O CASO SÉTIMO GARIBALDI VS. BRASIL	116
6.5.4.1.	Contexto do caso	116
6.5.4.2.	O direito a um recurso efetivo no caso Sétimo Garibaldi	116
6.6.	CONCLUSÃO: COMUNIDADE BRASILEIRA DE DIREITO INTERNACIONAL E ADJUDICAÇÃO INTERNACIONAL	118
7.	<u>CONCLUSÃO</u>	<u>122</u>
8.	<u>BIBLIOGRAFIA</u>	<u>125</u>
9.	<u>ANEXOS.....</u>	<u>148</u>
	ANEXO I – PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO: LISTA DE CONSULTORES JURÍDICOS DO ITAMARATY	149

ANEXO II – NEW APPROACH TO INTERNATIONAL LAW (NAIL): 1990-2010	151
<u>10. APÊNDICES</u>	<u>153</u>
APÊNDICE I – CONSULTORES DA MNE (1859-1868) E CONSULTORES JURÍDICOS DO MRE (1905-)	154
APÊNDICE II – CONSULTORIA MNE/MRE: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO ACADÊMICA/PROFISSIONAL.....	156
APÊNDICE III – PARECERES SELECIONADOS DA CONSULTORIA JURÍDICA DO MRE	160
APÊNDICE IV – RESPOSTA A QUESTIONÁRIO: ILA-BRASIL	197
APÊNDICE V – RESPOSTA A QUESTIONÁRIO: CEDIN	201

1. Introdução

Esta Tese defende que juristas internacionais brasileiros constituem uma comunidade acadêmico-profissional dotada de elementos identificadores e específicos da matéria. Utilizando a metáfora de Oscar Schachter (“Escola Invisível de juristas internacionais”) para descrever a comunidade profissional de Direito Internacional – que, dedicada a um projeto intelectual comum no plano acadêmico e profissional, seria dotada de influência decisiva em esferas de governo – serão analisados alguns elementos da atuação de juristas internacionais brasileiros, visando aferir a influência recíproca da atividade acadêmica nos canais oficiais do Estado, espaços de comunicação e colaboração científica e acadêmica sobre Direito Internacional e impacto da atuação em demandas envolvendo o país na jurisprudência de sistema regional de Direitos Humanos. Ao final, buscar-se-á verificar se esses caracteres da atuação de juristas internacionais brasileiros podem ser interpretados como possuidores de um senso coletivo de propósito e, assim, caracterizando uma Escola Invisível dentre a comunidade profissional de Direito Internacional no Brasil.

No Capítulo 2, serão apresentados brevemente os métodos de pesquisa utilizados nos demais capítulos.

No Capítulo 3, buscaremos será estabelecer um modelo de análise a ser utilizado para verificar as hipóteses de trabalho desta Tese. O conceito de Escola Invisível trazido por Oscar Schachter (SCHACHTER, 1977) é o ponto de partida para o desenho das hipóteses. A conceituação de Schachter será contraposta à interpretação contemporânea de Santiago Villalpando (VALLALPANDO, 2013), visando contextualizar de forma mais adequada do tema após quatro décadas da publicação do artigo original.

No Capítulo 4, procuraremos avaliar a influência recíproca da múltipla agência de juristas internacionais brasileiros na pauta de Direito Internacional do Estado brasileiro. A reciprocidade neste contexto alude à influência em duplo sentido causada pela atuação de membros da comunidade brasileira de juristas internacionais enquanto acadêmicos independentes e por meio de canais oficiais do Estado brasileiro. A Consultoria Jurídica do Ministério das Relações

Exteriores será utilizada como estudo de caso, principalmente a relação entre seus titulares e os temas abordados pelo órgão.

No Capítulo 5, verificaremos a existência de espaços institucionalizados de socialização entre juristas internacionais brasileiros e processos de colaboração e comunicação entre os membros desta comunidade. Serão analisadas três associações brasileiras de Direito Internacional, principalmente no que tange a organização, missão, perfil dos associados e principais temáticas abordadas: Ramo Brasileiro da International Law Association (ILA-Brasil), Academia Brasileira de Direito Internacional (ABDI) e Centro de Direito Internacional (CEDIN).

No Capítulo 6, buscaremos aferir de que demandas contenciosas contra o Brasil contribuíram para a jurisprudência do sistema regional de direitos humanos, evidenciando potencial influência da atuação de juristas internacionais brasileiros, na condição de litigantes, no desenvolvimento do Direito Internacional Público por meio de construção jurisprudencial. Analisados os quatro primeiros casos contenciosos contra o Brasil com sentença de mérito da Corte Interamericana de Direitos Humanos, será empregada uma única lente temática em todas as demandas, a qual terá sua importância desenvolvida por meio de recuperação histórica do desenvolvimento do direito a um recurso efetivo no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Por fim, na conclusão avaliará se as hipóteses de trabalho desenvolvidas ao longo dos Capítulos foram validadas, e se existiriam senso coletivo de propósito nos juristas internacionais brasileiros, caracterizando, assim, uma Escola Invisível dentre a comunidade profissional de Direito Internacional no Brasil

7. CONCLUSÃO

Esta Tese buscou avaliar a existência de uma comunidade acadêmico-profissional com elementos específicos, dotada de influência recíproca da atividade acadêmica nos canais oficiais do Estado, atuante em espaços de comunicação e colaboração em prol do Direito Internacional e capaz de impactar na jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

O modelo de análise adotado buscou aferir múltiplas agências dos juristas internacionais, por meio da verificação da existência de identidade entre temas desenvolvidos por membros da comunidade brasileira de Direito Internacional na esfera acadêmica e nos canais oficiais, então haverá influência recíproca ('penetração pacífica') entre a atuação individual de juristas internacionais e pautas do Estado brasileiro.

Buscou também medir a colaboração e comunicação entre membros da comunidade brasileira de Direito Internacional, a partir da verificação da existência de espaços institucionalizados de socialização de juristas internacionais brasileiros ou projeção de temas tratados por estes indivíduos para além das fronteiras nacionais, então haverá colaboração e comunicação entre os membros da comunidade brasileira de Direito Internacional.

Finalmente, olhou a atuação da comunidade brasileira de Direito Internacional no plano da adjudicação internacional, por meio da análise demandas contenciosas relacionadas ao Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos e verificação sobre sua influência na jurisprudência desse sistema regional.

A intensidade do senso coletivo de propósito dependeria da verificação das hipóteses de trabalho inicialmente estabelecidas no modelo analítico utilizado nesta Tese.

A análise sobre o papel da Consultoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores do Brasil demonstrou haver penetração pacífica de ideias desses juristas internacionais brasileiros. O fato de as obras de referência sobre a prática em Direito Internacional Público do Brasil (Repertório) e sobre os pareceres

elaborados na CJ-MRE (Pareceres) utilizadas nesta pesquisa teriam sido organizadas por dois antigos consultores jurídicos do Itamaraty reforça essa percepção.

A análise de três associações brasileira de Direito Internacional permitiu verificar aspectos da interação entre os membros da comunidade de juristas internacionais do Brasil. Ainda que guardando semelhanças – e, em boa medida, compartilhando parte de seus membros, inclusive no âmbito diretivo – as associações selecionadas trazem peculiaridades de importância para a pesquisa desta Tese. No entanto, a hipótese sobre a existência de colaboração e comunicação nos termos adotados na conceituação de Schachter não se verificou integralmente dado que, ainda que ILA-Brasil, CEDIN e ABDI desempenhem ações de colaboração e comunicação junto à comunidade brasileira de juristas internacionais, há restrita agência em temas de Direito Internacional a partir de uma ótica brasileira, aspecto comum aos três órgãos.

Finalmente, com relação ao impacto de juristas internacionais brasileiros na jurisprudência do SIDH, a análise dos casos selecionados mostrou que, mesmo com contribuições importantes das demandas envolvendo o Brasil para o fortalecimento da jurisprudência já existente do Sistema, sua influência pode ser considerada pequena no estabelecimento de novos critérios para a proteção de direitos protegidos pela Convenção Americana de Direitos Humanos. Ressalte-se que essa avaliação leva em conta a amostra considerada nesta pesquisa – os quatro primeiros casos contenciosos envolvendo o Brasil com sentença de mérito da Corte IDH – e a lente temática escolhida.

Considerando esse conjunto de ponderações, pode-se dizer que há manifestações de um senso coletivo de propósito, verificáveis na atuação de juristas internacionais em órgãos do Estado brasileiro, como na CJ-MRE, ou no esforço de associações de Direito Internacional em intensificar trocas de informações e promover iniciativas visando o fortalecimento da disciplina no Brasil. No entanto, a baixa capacidade de agência das associações analisadas, referente à capacidade e interesse em atuação coletiva em prol de temáticas de Direito Internacional relevantes para seus associados, e a relativamente modesta influência da comunidade profissional brasileira atuante no SIDH no

desenvolvimento de novos parâmetros jurisprudenciais, apontam para uma Escola Invisível entre a comunidade brasileira de juristas internacionais ainda incipiente, porém com espaço para desenvolver-se em futuro não tão distante.

8. BIBLIOGRAFIA

ABBOTT, K. W. Modern international relations theory: a prospectus for international lawyers. **Yale J. Int'l L.**, v. 14, p. 335, 1989.

ABBOTT, K. W. et al. The Concept of Legalization. **International Organization**, v. 3, n. 54, p. 401-19, 2000.

ABBOTT, K. W. et al. Orchestration: Global governance through intermediaries. **Available at SSRN 2125452**, 2012.

ABBOTT, K. W.; SNIDAL, D. Hard and soft law in international governance. **International organization**, v. 54, n. 3, p. 421-456, 2000.

ABBOTT, K. W.; SNIDAL, D. International 'standards' and international governance. **Journal of European Public Policy**, v. 8, n. 3, p. 345-370, 2001.

ABI-SAAB, G. Cours general de droit international public. **Hague Academy Collected Courses**, 207, n. 7, 1987.

ABI-SAAB, G. Fragmentation or Unification: Some Concluding Remarks. **New York University Journal of International Law and Politics**, 31, 1999. 929-930.

ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO INTERNACIONAL. Sobre o Congresso Brasileiro de Direito Internacional. **ABDI**, 20 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.direitointernacional.org/sobre-o-congresso-2/>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

ALMEIDA, P. R. D. A construção do direito internacional do Brasil a partir dos pareceres dos consultores jurídicos do Itamaraty: do Império à República. **Academia.edu**, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2hwPg8U>>.

ALVES, J. A. L. **Arquitetura internacional dos Direitos Humanos**. São Paulo: FTD, 1997.

ALVES, J. A. L. **Arquitetura internacional dos direitos humanos**. São Paulo: FTD, 1997.

AMARAL JUNIOR, A. D. **Curso de Direito Internacional Público**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

ANDERSON, K. Accountability as Legitimacy Global Governance, Global Civil Society and the United Nations. **Brook. J. Int'l L.**, v. 36, p. 841, 2010.

ANGHIE, A. **Imperialism, sovereignty and the making of international law**. Cambridge: Cambridge University Press, v. 37, 2007.

ANNAN, K. Tribute [to Oscar Schachter]. **Columbia Journal of Transnational Law**, New York, 42, 2004. 621.

BARTLETT, K. T. Feminist Legal Methods. **Harv. L. Rev.**, v. 103, p. 829, 1989.

BETSILL, M. M.; CORELL, E. NGO influence in international environmental negotiations: a framework for analysis. **Global Environmental Politics**, v. 1, n. 4, p. 65-85, 2001.

BETSILL, M. M.; CORELL, E. **Introduction to NGO diplomacy -- The Influence of Nongovernmental Organizaations in Environmental Negotiations**. [S.l.]: The MIT Press, 2008.

BETSILL, M. M.; CORELL, E. **NGO diplomacy: The influence of nongovernmental organizations in international environmental negotiations**. [S.l.]: Mit Press, 2008.

BEVILÁQUA, C. **Direito público internacional: a synthese dos princípios e a contribuição do Brasil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, v. 2, 1939.

BEXELL, M.; TALLBERG, J.; UHLIN, A. Democracy in global governance: The promises and pitfalls of transnational actors. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, v. 16, n. 1, p. 81-101, 2010.

BILDER, R. B. The Office of the Legal Adviser: The State Department Lawyer and Foreign Affairs. **American Journal of International Law**, 56, 1962. 633-684.

BIRO, A.-M. Introductory Study: Civil Society Actors and the International Protection Regime for Minorities. **International Journal on Minority and Group Rights**, v. 18, n. 2, p. 135-160, 2011.

BJORK, C.; GOEBERTUS, J. Complementarity in Action: The Role of Civil Society and the ICC in Rule of Law Strengthening in Kenya. **Yale Hum. Rts. & Dev. LJ**, v. 14, p. 205, 2011.

BOUWHUIS, S. The role of an international legal adviser to government. **International and Comparative Law Quarterly**, 61, n. 4, 2012. 939-960.

BUDINI, T. F. **Reflexões sobre a idéia de "sociedade civil global" e a ação política não-estatal além das fronteiras**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa San Tiago Dantas. São Paulo. 2010.

BULL, H. **A Sociedade Anárquica—Um estudo da ordem na Política Internacional**. Brasília: IPRI, 2002.

BURLEY, A.-M. S. International law and international relations theory: a dual agenda. **Am. j. Int'l L.**, v. 87, p. 205, 1993.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Clóvis Beviláqua – Bibliografia. **Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados**, Rio de Janeiro, 7, n. 2, 1958. 369-517.

CABRA, M. G. M. Rights and Duties Established by the American Convention on Human Rights, 30, 1980. 21.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, A. P. **Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty (1903-1912)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 1, 2002a.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, A. P. **Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty (1913-1934)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 2, 2002b.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, A. P. **Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty (1935-1945)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 3, 2002c.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, A. P. **Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty (1946-1951)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 4, 2002d.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, A. P. **Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty (1952-1960)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 5, 2002e.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, A. P. **Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty (1961-1971)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 6, 2002f. 324 p.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, A. P. **Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty (1972-1984)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 8, 2004. 545 p.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, A. P. **Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty (1972-1984)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 7, 2004a. 562 p.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, A. P. **Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty (1985-1990)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 8, 2004b. 680 p.

CACHAPUZ DE MEDEIROS, A. P. **Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty (1990-2000)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 9, 2009. 280 p.

CAKMAK, C. Civil society actors in International law and world politics: definition, conceptual framework, problems. **Int'l J. Civ. Soc'y L.**, v. 6, p. 7, 2008.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público (Índice Geral Analítico)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1987. 237 p.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público (Período 1889-1898)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1988. 271 p.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, v. 2, 1997.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. [S.l.]: [s.n.], v. 1, 1997. 640 p.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público (Período 1898-1918)**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012a. 588 p.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público (Período 1919-1940)**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012b. 392 p.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público (Período 1941-1940)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012c. 448 p.

CANÇADO TRINDADE, A. A. **Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público (Período 1961-1981)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012d. 428 p.

CARDOSO, E. L. C. **Cortes supremas e sociedade civil na América Latina: estudo comparado Brasil, Argentina e Colômbia**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2012.

CARNEY, T.; BEAUPERT, F. Public and private bricolage-challenges balancing law, services and civil society in advancing 'CRPD' supported decision-making. **University of New South Wales Law Journal, The**, v. 36, n. 1, p. 175, 2013.

CARTY, A. **The Decay of International Law? A reappraisal of the limits of legal imagination in international affairs**. Manchester: Manchester University Press, 1986. 138 p.

CARVALHO, J. M. D. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 459 p.

CASELLA, P.; ACCIOLY, H.; NASCIMENTO, G. E. **Manual de Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CASSESE, A. **International law in a divided world**. [S.l.]: Clarendon Press Oxford, 1986.

CASSESE, A. Remarks on Scelle's Theory of Role Splitting (dedoublement fonctionnel) in International Law. **The European Journal of International Law**, 1, 1990. 210.

CASTRO, F. M. D. O. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, v. 2, 2009. 332 p.

CAVALLARO, J. L.; BREWER, S. E. O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano. **Sur--Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 5, n. 8, p. 85-98, 2008.

CHARLESWORTH, H.; CHINKIN, C.; WRIGHT, S. Feminist approaches to international law. **Am. J. int'l L.**, v. 85, p. 613, 1991.

CHARNOVITZ, S. Nongovernmental organizations and international law. **Am. J. Int'l L.**, v. 100, p. 348, 2006.

CHIMNI, B. S. Third World approaches to international law: a manifesto. **International Community Law Review**, 8, 2006. 3.

COHEN, J. L. Sociedade civil e globalização: repensando categorias. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, p. 419-459, 2003.

CORELL, E.; BETSILL, M. M. A comparative look at NGO influence in international environmental negotiations: Desertification and climate change. **Global Environmental Politics**, v. 1, n. 4, p. 86-107, 2001.

CORTRIGHT, D. et al. Friend, Not Foe: The Role of Civil Society in Preventing Violent Extremism. **Notre Dame J. Int'l Comp. L.**, v. 2, p. 238, 2011.

COSTA, J. P. D. O procedimento científico passo a passo, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2hoLpLd>>.

COTTERRELL, R. Transnational communities and the concept of law. **Ratio Juris**, v. 21, n. 1, p. 1-18, 2008.

CULLEN, H.; MORROW, K. International Civil Society in International Law: The Growth of NGO Participation. **Non-St. Actors & Int'l L.**, v. 1, p. 7, 2001.

DAHL, R. A. Can international organizations be democratic? A skeptic's view. In: SHAPIRO, I.; HACKER-CORDÓN, C. **Edges, Democracy's**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 19-36.

DIETER, H.; KUMAR, R. The downside of celebrity diplomacy: The neglected complexity of development. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, v. 14, n. 3, p. 259-264, 2008.

DINGWERTH, K.; PATTERBERG, P. Global governance as a perspective on world politics. **Global governance: a review of multilateralism and international organizations**, v. 12, n. 2, p. 185-203, 2006.

DUPUY, R.-J. La contribution de l'Académie au développement du droit international. **The Hague Academy Collected Courses**, 138, 1973. 45-74.

EDER, P. Judicial Review in Latin America. **Ohio State Law Journal**, 21, 1960. 570.

ESLAVA, L.; PAHUJA, S. Between resistance and reform: TWAIL and the universality of international law. **Trade, Law and Development**, 3, n. 1, 2011. 103-130.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001. 913 p.

FEICHTNER, I. Critical Scholarship and Responsible Practice of International Law. How Can the Two be Reconciled? **Leiden Journal of International Law**, 29, 2016. 979–1000.

FINCH, G. A. The American Society of International Law. **American Society of International Law**, 50, n. 2, Abril 1956. 293-312.

FINGER, M.; PRINCEN, T. **Environmental NGOs in world politics: linking the local and the global**. [S.I.]: Routledge, 1994.

FINNEMORE, M. Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism. **International organization**, v. 50, n. 02, p. 325-347, 1996.

FINNEMORE, M.; SIKKINK, K. International norm dynamics and political change. **International organization**, v. 52, n. 4, p. 887-917, 1998.

FINNEMORE, M.; TOOPE, S. J. Alternatives to "legalization": Richer views of law and politics. **International Organization**, v. 55, n. 3, p. 743-758, 2001.

FITZMAURICE, G. G. The Contribution of the Institute of International Law to the development of International Law. **The Hague Academy Collected Courses**, 138, 1973. 203-260.

FITZMAURICE, M. Note on the Participation of Civil Society in Environmental Matters-Case Study: The 1998 Aarhus Convention on Access to Information, Public Participation in Decision-Making and Access to Justice in Environmental Matters. **Hum. Rts. & Int'l Legal Discourse**, v. 4, p. 47, 2010.

FRANCO, Á. D. C. (.). **Com a palavra, o Visconde do Rio Branco: A política exterior no Parlamento imperial (1855-1875)**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática, 2005.

FUKUNAGA, Y. Civil Society and the Legitimacy of the WTO Dispute Settlement System. **Brook. J. Int'l L.**, v. 34, p. 85, 2008.

GATHII, J. T. TWAIL: A brief history of its origins, its decentralized network, and a tentative bibliography. **Trade Law and Development**, 3, 2011. 26.

GAZZINI, T. A Fresh Look at Teaching International Law: A Few Pedagogical Considerations in the Age of Communications. **Leiden Journal of International Law**, 29, 2016. 971–978.

GEMMILL, B. et al. The role of NGOs and civil society. **Global environmental governance: Options and opportunities**, p. 77-101, 2002.

GINSBURG, T.; SHAFFER, G. How Does International Law Work: What Empirical Research Shows, 2010.

GIRLESTEANU, G. The Amparo Proceedings – Instrument for the Protection of Fundamental Rights and Freedoms. **Romanian Journal of Comparative Law**, 2, 2011. 54.

GLASIUS, M. What is Global Justice and Who Decides?: Civil Society and Victim Responses to the International Criminal Court's First Investigations. **Human Rights Quarterly**, v. 31, n. 2, p. 496-520, 2009.

GOLDMANN, M. Principles in International Law as Rational Reconstructions. A Taxonomy. **A Taxonomy (November 13, 2013)**, 2013.

GOLDSTEIN, J. et al. Legalization and World Politics. **International Organization**, v. 54, n. 3, p. 385-399, 2000.

GOMES, L. F.; PIOVESAN, F.; TRINDADE, A. A. C. **O sistema interamericano de proteção dos direitos humanos eo direito brasileiro**. [S.l.]: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

GUILLAUME, G. Advantages and Risks of Proliferation: a Blueprint for Action. **Journal of International Criminal Justice**, 2, 2004.

GUIMARÃES, A. Pareceres jurídicos do Itamaraty em coletânea. **Jornal do Senado Federal**, 22 out. 2007. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/jornal/edicoes/2007/10/22/pareceres-juridicos-do-itamaraty-em-coletanea>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

GUTMAN, P. What did WSSD accomplish? An NGO perspective. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, v. 45, n. 2, p. 20-28, 2003.

GUZMAN, A. T. A compliance-based theory of international law. **California Law Review**, v. 90, p. 1826-1887, 2002.

GUZMAN, A. T. Reputation and international law. **Ga. J. Int'l & Comp. L.**, v. 34, p. 379, 2005.

GUZMAN, A. T. The design of international agreements. **European Journal of International Law**, v. 16, n. 4, p. 579-612, 2005.

GUZMAN, A. T. **How international law works: A rational choice theory.** [S.I.]: Oxford University Press, 2007.

HAAS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.

HACHEZ, N. Relations between the United Nations and Civil Society: Past, Present, and Future, The. **Int'l Org. L. Rev.**, v. 5, p. 49, 2008.

HANASHIRO, O. S. M. P. **O sistema interamericano de proteção aos Direitos Humanos.** São Paulo: Edusp, 2001.

HASLAM, E. Subjects and objects: International Criminal Law and the institutionalization of civil society. **International Journal of Transitional Justice**, v. 5, n. 2, p. 221-240, 2011.

HEYNS, C.; PADILLA, D.; ZWAAK, L. Comparação esquemática dos regimes regionais de direitos humanos: uma atualização. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, 4, 2006. 161.

HEYNS, C.; PADILLA, D.; ZWAAK, L. Comparação esquemática dos sistemas regionais de Direitos Humanos: uma atualização. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 4, n. 3, 2006.

HIGGINS, R. Conceptual Thinking about the Individual in International Law. **NYL Sch. L. Rev.**, v. 24, p. 11, 1978.

HOBE, S. Global challenges to statehood: The increasingly important role of nongovernmental organizations. **Ind. J. Global Legal Stud.**, v. 5, p. 191, 1997.

HUNT, A. The theory of critical legal studies. **Oxford Journal of Legal Studies**, Oxford, 6, 1986.

HURRELL, A. **On Global Order: Power, Values, and the Constitution of International Society: Power, Values, and the Constitution of International Society.** [S.I.]: Oxford University Press, 2007.

INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION. Committees, 2016. Disponível em: <<http://www.ila-hq.org/en/committees/index.cfm>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION – RAMO BRASILEIRO. Projeto: Comitês Nacionais de Estudo do Direito Internacional. **ILA-Brasil**, Belo Horizonte, 05 dez. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2iyHPSQ>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION. **Fragmentation of international law: Difficulties arising from the diversification and expansion of international law (UN Doc. A/CN.4/L.682)**. [S.I.]. 2006.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION. **Report on the work of its sixty-third session (26 April to 3 June and 4 July to 12 August 2011)**. [S.I.]. 2011.

IRRERA, D. EU and Civil Society: The Case of NGOs in Peace Missions and Humanitarian Intervention. **Romanian J. Eur. Aff.**, v. 10, p. 32, 2010.

JÖNSSON, C.; TALLBERG, J. **Transnational Actors in Global Governance: Patterns, Explanations, and Implications**. [S.I.]: Palgrave Macmillan, 2010.

JULESZ, M. Civil Society and the Environmental Protection, 2012.

KALM, S. Limits to Transnational Participation: the Global Governance of Migration. **Transnational actors in global governance: patterns, explanations, and implications**, p. 134-154, 2010.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders: Advocacy networks in international politics**. [S.I.]: Cambridge Univ Press, v. 35, 1998.

KENNEDY. Spring Break. **Texas Law Review**, 63, n. 8, 1985. 1377-1423.

KENNEDY. A New Stream of International Law Scholarship. **Wisconsin International Law Journal**, 7, n. 1, 1988. 1-49.

KENNEDY, D. Theses about international law discourse. **German Yearbook of International Law**, 23, 1980. 353.

KENNEDY, D. **The Dark Sides of Virtue: Reassessing International Humanitarianism**. [S.I.]: Princeton University Press, 2005.

KEOHANE, R. **Instituciones Internacionales y poder estatal**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

KEOHANE, R. O. **After hegemony: Cooperation and discord in the world political economy**. [S.I.]: Princeton University Press, 2005.

KEOHANE, R. O.; MORAVCSIK, A.; SLAUGHTER, A.-M. Legalized dispute resolution: Interstate and transnational. **International Organization**, v. 54, n. 3, p. 457-488, 2000.

KEOHANE, R. O.; PIÑA, C. **Instituciones internacionales y poder estatal: ensayos sobre teoría de las relaciones internacionales**. [S.I.]: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

KIRGIS, F. L. **The American Society of International Law's First Century, 1906-2006**. Leiden/Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2006. 632 p.

KNOP, K. Re/Statements: Feminism and State Sovereignty in International Law. **Transnat'l L. & Contemp. Probs.**, v. 3, p. 293, 1993.

KOH, H. H. Why Do Nations Obey International Law? **The Yale Law Journal**, v. 106, n. 8, p. 2599-2659, Jun. 1997.

KOSKENNIEMI. **From Apology to Utopia: The Structure of International Legal Argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. 704 p.

KOSKENNIEMI, M. The Politics of International Law. **European Journal of International Law**, v. 1, n. 4, 1999.

KOSKENNIEMI, M. **The gentle civilizer of nations: the rise and fall of international law 1870–1960**. Cambridge: Cambridge University Press, v. 14, 2001.

KOSKENNIEMI, M. The politics of international law--20 years later. **European Journal of International Law**, v. 20, n. 1, p. 7-19, 2009.

KRASNER, S. D. **International regimes**. [S.I.]: Cornell University Press, 1983.

LESSA, A. C. Os pareceres dos consultores jurídicos do Itamaraty: do direito para a história. **Via Mundi**, 7, 2001.

LIMA, R. D. C. **O Direito Penal dos Direitos Humanos: Paradoxos no discurso punitivo da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.

LUTZ, E. L.; SIKKINK, K. International human rights law and practice in Latin America. **International Organization**, v. 54, n. 3, p. 633-659, 2000.

MACCHESNEY, B. Remarks to the American Society of International Law. **Proceedings of American Society of International Law**, 1965.

MACDONALD, R. S. J. **The Role of Legal Adviser of Ministries of Foreign Affairs**. [S.I.]: Martinus Nijhoff, 1977.

MCCORQUODALE, R. The individual and the international legal system. **International Law**, v. 299, p. 328, 2003.

MCDUGAL, M. S.; LASSWELL, H. D. The Identification and Appraisal of Diverse Systems of Public Order. **The American Journal of International Law**, 53, janeiro 1959. 1-29.

MCGREGOR, I. M. Disenfranchisement of countries and civil society at COP-15 in Copenhagen. **Global Environmental Politics**, v. 11, n. 1, p. 1-7, 2011.

MEIRELLES, E. D. A. **O Aquífero Guarani : uma proposta de regulamentação jurídica internacional**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005.

MENON, P. International Personality of Individuals in International Law: A Broadening of the Traditional Doctrine, The. **J. Transnat'l L. & Pol'y**, v. 1, p. 151, 1992.

MERCER, C. NGOs, civil society and democratization: a critical review of the literature. **Progress in development studies**, v. 2, n. 1, p. 5-22, 2002.

MICKELSON, K. Taking Stock of TWAIL Histories. **International Community Law Review**, 10, 2008. 355-362.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Ministros de Estado e Secretários Gerais das Relações Exteriores**. 3. ed. Brasília: Centro de Documentação, 1988. 45 p.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Lista de Ramais – Junho de 2016**. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, p. 101. 2016.

MINIUCI, G. **Natureza jurídica e definição de resíduos perigosos na Convenção da Basiléia sobre a movimentação transfronteiriça de resíduos perigosos e seu depósito**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2003.

MINIUCI, G. O direito e a cooperação internacional em matéria ambiental: a estrutura de um diálogo. In: NASSER, S.; REI, F. **Direito Internacional do Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 31-55.

MINIUCI, G. **Direito e questões técnico-científicas no sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

MINIUCI, G. A Organização Mundial do Comércio e as comunidades epistêmicas. **Revista Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 55-90, 2011.

MITOMA, G. T. Civil Society and International Human Rights: The Commission to Study the Organization of Peace and the Origins of the UN Human Rights Regime. **Human rights quarterly**, v. 30, n. 3, p. 607-630, 2008.

MIYAMOTO, S. O estudo das relações internacionais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Sociologia e Política**, v. 12, n. 1, p. 83-98, 1999.

MIYAMOTO, S. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, 2009.

MORAVCSIK, A. Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics. **International organization**, v. 51, n. 4, p. 513-553, 1997.

MURUNGI, L. N.; GALLINETTI, J. O papel das cortes sub-regionais no sistema africano de direitos humanos. **Revista internacional de direitos humanos: SUR**, 2010.

MUTUA, M.; ANGHIE, A. What Is TWAIL? **Proceedings of the Annual Meeting (American Society of International Law)**, 94, April 2000. 31-40.

NASCIMENTO, J. R. O direito a um recurso efetivo no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. In: RICHTER, T.; SCHMIDT, R. **Integração e Cidadania Européia**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 564-592.

NEIER, A. **The International Human Rights Movement: A History**. 2. ed. New Jersey: Princeton University Press, 2012.

NOWROT, K. Legal consequences of globalization: The status of non-governmental organizations under international law. **Ind. J. Global Legal Stud.**, v. 6, p. 579, 1998.

OKAFOR, O. C. Critical Third World Approaches to International Law (TWAIL): Theory, Methodology, or Both? **International Community Law Review**, 10, 2008. 371-378.

ORAKHELASHVILI, A. Position of the Individual in International Law, The. **Cal. W. Int'l LJ**, v. 31, p. 241, 2000.

PARRY, C.; GRANT, J. P. **Encyclopaedic Dictionary of International Law**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2009.

PEDRAZA-FARINA, L. Conceptions of Civil Society in International Law-Making and Implementation: A Theoretical Framework. **Michigan Journal of International Law**, v. 34, n. 3, 2013.

PIMENTA BUENO, J. A.; PARANHOS, J. M. D. S.; MACEDO, S. T. D. **Pareceres dos Consultores do Ministério dos Negócios Estrangeiros (1859-1864)**. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática, 2006. 244 p.

POLLACK, M. A. Is International Relations Corrosive of International Law? A Reply to Martti Koskenniemi. **Temple International & Comparative Law Journal**, v. 27, n. 2, 2013.

POLLACK, M. A.; SHAFFER, G. Who Governs Transatlantic Relations. **Minnesota Legal Studies Research Paper**, p. 10-26, 2010.

RAJAGOPAL, B. International Law and Its Discontents: Rethinking the Global South. **Proceedings of the Annual Meeting (American Society of International Law)**, 106, 2012. 176–181.

RAMIREZ, F. T. The International Expansion of the Mexican Amparo. **Inter-American Law Review**, 1, 1959. 162.

RAMOS, A. D. C. **Direitos humanos em juízo**. 1. ed. São Paulo: Max Limonad, 2001. 37 p.

RAMOS, A. D. C. **Processo Internacional de Direitos Humanos: análise dos sistemas de apuração de violações de direitos humanos ea implementação das decisões no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2012.

RASULOV, A. New Approaches to International Law: Images of a Genealogy. In: _____ **New Approaches to International Law**. [S.l.]: TMC Asser Press, 2012. p. 151-191.

RAUSTIALA, K. Architecture of International Cooperation: Transgovernmental Networks and the Future of International Law, The. **Va. J. Int'l L.**, v. 43, p. 1, 2002.

REISER, D. B.; KELLY, C. R. Governing Civil Society. **Brook. J. Int'l L.**, v. 36, p. 813, 2010.

RODRIGUEZ, Y. 'Le Defenseur du Peuple' ou L'Ombudsman Espagnol. **Revue internationale de droit comparé**, 34, n. 4, 1982. 1225.

SANCHEZ BADIN, M. R.; TASQUETTO, L. D. S.; SATO, N. As Trilhas De Anne-Marie Slaughter Na Defesa Da Interdisciplinaridade Entre Direito Internacional E Rela

SAXON, W. Oscar Schachter, 88, Law Professor and U.N. Aide. **The New York Times**, New York, 17 dezembro 2003.

SCHACHTER, O. The invisible college of international lawyers. **Northwestern University School of Law**, v. 72, p. 217, 1977.

SCHACHTER, O. **International law in theory and practice**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers, 1991.

SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. **Advocacia de interesse público no Brasil: a atuação das entidades de defesa de direitos da sociedade civil e sua interação com os órgãos de litígio do Estado**. Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário. Brasília. 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SHAW, M. N. *International law fourth edition*, 1997.

SHELTON, D. The Participation of Nongovernmental Organizations in International Judicial Proceedings. **American Journal of International Law**, p. 611-642, 1994.

SILVA, E. C. G. D. **Juridicização das relações internacionais e solução de controvérsias: análise do sistema multilateral de comércio**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

SILVA, E. C. G. D. **A expansão do direito internacional: Uma questão de valores**. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.

SILVA, J. A. D. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

SIMMA, B. Universality of International Law from the Perspective of a Practitioner. **The European Journal of International Law**, 20, n. 2, 2009. 265-297.

SKOUTERIS, T. Fin de NAIL: new approaches to international law and its impact on contemporary international legal scholarship. **Leiden Journal of International Law**, 10, n. 3, 1997. 415-420.

SLAUGHTER, A.-M. International law in a world of liberal states. **Eur. j. Int'l L.**, v. 6, p. 503, 1995.

SLAUGHTER, A.-M. The real new world order. **Foreign Affairs**, p. 183-197, 1997.

SLAUGHTER, A.-M. **A liberal theory of international law**. Proceedings of the Annual Meeting (American Society of International Law). [S.I.]: [s.n.]. 2000. p. 240-253.

SLAUGHTER, A.-M. Building global democracy. **Chi. J. Int'l. L.**, v. 1, p. 223, 2000.

SLAUGHTER, A.-M. International Law and International Relations. **Collected Courses of the Hague Academy of International Law**, Hague, 2000. 9-250.

SLAUGHTER, A.-M. Breaking out: the proliferation of actors in the international system. **Global prescriptions: The production, exportation, and importation of a new legal orthodoxy**, v. 12, p. 28, 2002.

SLAUGHTER, A.-M. Global government networks, global information agencies, and disaggregated democracy. **Mich. J. Int'l L.**, v. 24, p. 1041, 2002.

SLAUGHTER, A.-M. Disaggregated sovereignty: Towards the public accountability of global government networks. **Government and Opposition**, v. 39, n. 2, p. 159-190, 2004.

SLAUGHTER, A.-M. Sovereignty and power in a networked world order. **Stan. J. Int'l L.**, v. 40, p. 283, 2004.

SLAUGHTER, A.-M. The Power and Legitimacy of Government Networks. In: STERN, S.; SELGIMANN, E. **The Partnership Principle, New Forms of Governance in the 21st Century**. London: Archetype Publications, v. 24, 2004.

SLAUGHTER, A.-M. **A new world order**. [S.I.]: Princeton University Press, 2009.

SLAUGHTER, A.-M. Problems Will Be Global---And Solutions Will Be, Too Foreign Policy, September/October 2011. **Foreign Policy**, 2011.

SLAUGHTER, A.-M. Filling power vacuums in the new global legal order. **Boston College Law Review**, v. 54, n. 3, 2013.

SLAUGHTER, A.-M.; TULUMELLO, A. S.; WOOD, S. International law and international relations theory: A new generation of interdisciplinary scholarship. **American Journal of International Law**, v. 92, n. 3, p. 367-397, July 1998.

SOARES, G. F. S. As ONGs e o direito internacional do meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 5, p. 21-64, 2000.

SOUZA, I. A. M. Dom Quixote Reencontra Sancho Pança – Relações Internacionais e Direito Internacional antes, durante e depois da Guerra Fria. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 101-166, janeiro/junho 2006.

TOCQUEVILLE, A. D. **Democracia na América**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOSTES, A. P. A happy marriage: international law and global civil society in the formation of international regimes. **Revista de Sociologia e Política**, n. 27, p. 65-76, 2006.

UNGER. The critical legal studies movement. **Harvard Law Review**, 1983. 561-675.

UNGER, R. M. **The Critical Legal Studies Movement**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

UNITED NATIONS. Vienna Declaration and Programme of Action (Adopted by the World Conference on Human Rights in Vienna on 25 June 1993). **United Nations Office of the High Commissioner for Human Rights**, 1993. Disponível em: <<http://bit.ly/2hDZWmz>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

VABULAS, F.; SNIDAL, D. Organization without delegation: Informal intergovernmental organizations (IIGOs) and the spectrum of intergovernmental arrangements. **The Review of International Organizations**, v. 8, n. 2, p. 193-220, 2013.

VALLALPANDO, S. The 'Invisible College of International Lawyers' Forty Years Later. **European Society of International Law – Conference Paper Series**, 2013.

VILLALPANDO, S. **L'émergence de la communauté internationale dans la responsabilité des Etats**. Geneva: Coédition Graduate Institute Geneva, 2005. 525 p.

WHITE, D. Gold, the Golden Rule, and Government: Civil Society and the End of the State. **Libertarian Papers**, v. 1, p. 1, 2009.

WILLETS, P. From Stockholm to Rio and beyond: the impact of the environmental movement on the United Nations consultative arrangements for NGOs. **Review of International Studies**, v. 22, n. 1, p. 57-80, 1996.

WOODWARD, B. K. **Global civil society in international lawmaking and global governance: theory and practice**. [S.l.]: Brill, v. 2, 2010.

ZAMUDIO, H. F. A Brief Introduction to the Mexican Writ of Amparo. **California Western International Law Journal**, 9, 1979. 306.

Lista de casos

Corte IDH, "Outros Tratados" Objeto da função consultiva da Corte (art. 64 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos). Opinião Consultiva OC-1/82, de 24.09.1982, Serie A, no. 1.

Corte IDH, Assunto da Prisão de Urso Branco a respeito do Brasil. Resoluções de 21.09.2005, 07.07.2004, 22.04.2004, 29.08.2002 e 18.06.2002.

Corte IDH, Assunto das crianças e adolescentes privados de liberdade no "Complexo do Tatuapé" da FEBEM a respeito do Brasil. Resoluções de 03.07.2007, 04.07.2006, 30.11.2005 e 17.11.2005.

Corte IDH, Assunto das pessoas privadas de liberdade na Penitenciária "Dr. Sebastião Martins Silveira" em Araraquara, São Paulo a respeito do Brasil. Resoluções de 30.09.2006 e 28.07.2006.

Corte IDH, Caso "Cinco Pensionistas" vs. Peru, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 28.02.2003, Série C, no. 98.

Corte IDH, Caso 19 Comerciantes vs. Colombia, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 05.06.2004, Série C, no. 109.

Corte IDH, Caso Acevedo Jaramillo e outros vs. Peru, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 07.02.2006, Série C, no. 144.

Corte IDH, Caso Baldeón García vs. Peru, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 06.04.2006, Série C, no. 147.

Corte IDH, Caso Bámaca Velásquez, Mérito, Sentença de 25.11.2000, Série C, no. 70.

Corte IDH, Caso da Comunidade Moiwana vs. Suriname, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 15.06.2005, Série C, no. 124.

Corte IDH, Caso das Irmãs Serrano Cruz vs. El Salvador, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 01.03.2005, Série C, no. 120.

Corte IDH, Caso das meninas Yean e Bosico vs. República Dominicana, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 08.07.2005, Série C, no. 130.

Corte IDH, Caso do “Massacre de Mapiripán” vs. Colômbia, Exceções Preliminares, Sentença de 07.03.2005, Série C, no. 122.

Corte IDH, Caso do Massacre de Pueblo Bello vs. Colômbia, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 31.01.2006, Série C, no. 140.

Corte IDH, Caso dos “Meninos de Rua” (Villagrán Morales e outros) vs. Guatemala, Mérito, Sentença de 19.11.1999, Série C, no. 63.

Corte IDH, Caso Durand e Ugarte vs. Peru, Mérito, Sentença de 16.08.2000, Série C, no. 68.

Corte IDH, Caso García Asto e Ramírez Rojas vs. Peru, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 25.11.2005, Série C, no. 137.

Corte IDH, Caso Genie Lacayo, Exceções Preliminares, Sentença de 27.01.1995, Serie C, no. 21.

Corte IDH, Caso Gómez Palomino vs. Peru. Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 22 de novembro de 2005, Série C, no. 136.

Corte IDH, Caso Hilaire, Constantine e Benjamin e outros vs. Trinidad e Tobago, Mérito, Reparações e Custas, Sentença 21.06.2002, Série C, no. 94.

Corte IDH, Caso Ivcher Bronstein vs. Peru, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 06.02.2001, Série C, no. 74.

Corte IDH, Caso Juan Humberto Sanchez vs. Honduras, Exceções Preliminares, Sentença de 07.06.2003, Série C, no. 99.

Corte IDH, Caso Las Palmeras vs. Colômbia, Mérito, Sentença de 06.12.2001, Série C, no. 90.

Corte IDH, Caso López Álvarez vs. Honduras, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 01.02.2006. Série C, no. 141.

Corte IDH, Caso Maritza Urrutia vs. Guatemala, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 23.11.2003, Série C, no. 103.

Corte IDH, Caso Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicarágua, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 31.08.2001, Série C, no. 79.

Corte IDH, Caso Nogueira de Carvalho e outro vs. Brasil, Exceções Preliminares e Merito, Sentença de 28.11.2006, Série C, no. 161.

Corte IDH, Caso Tibi vs. Equador, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 07.09.2004, Série C, no. 114.

Corte IDH, Caso Tribunal Constitucional vs. Peru, Mérito, Reparações e Custas, Sentença de 31.01.2001, Série C, no. 71.

Corte IDH, Caso Ximenes Lopes vs. Brasil, Exceção Preliminar, Sentença de 30.11.2005, Série C, no. 139.

Corte IDH, Caso Ximenes Lopes vs. Brasil, Merito, Reparações e Custas, Sentença de 04.06.2006, Série C, no. 149.

Corte IDH, Caso Yatama vs. Nicarágua, Exceções Preliminares, Mérito, Reparação e Custas, Sentença de 23.06.2005, Série C, no. 127.

Corte IDH, Compatibilidade de um Projeto de lei com o Artigo 8.2.h da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Opinião Consultiva OC-12/91, de 06.12.1991, Série A, no. 12.

Corte IDH, Exceções ao esgotamento dos recursos internos (arts. 46.1, 46.2 e 46.2.b, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos), Opinião Consultiva OC-11/90, de 10.08.1990, Série A, no. 11.

Corte IDH, Proposta de modificação da Constituição Política da Costa Rica relacionada à naturalização, Opinião Consultiva OC-4/84, de 19.01.1984, Série A, no. 4.

9. ANEXOS

	<p>Em atenção ao pedido de acesso à informação protocolado sob NUP nº 09200000302201671, prestamos os seguintes esclarecimentos.</p> <p>O Ministério das Relações Exteriores comunica não dispor das informações solicitadas por Vossa Senhoria. No entanto, apesar de não haver lista compilada de nomes ou biografias de Consultores Jurídicos desde o século XIX, a Editora FUNAG tornou disponível, sem custo, em seu sítio eletrônico, algumas das coleções de pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty (http://funag.gov.br/loja/download/330-Pareceres_dos_Consultores_do_Ministerio_dos_Negocios_Estrangeiros_1859-1864.pdf). São volumes que podem ser lidos gratuitamente. Os demais volumes contêm toda a história e podem ser acessados em bibliotecas ou adquiridos em livrarias ("Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty", em 10 volumes). Seria igualmente útil consultar a biblioteca on-line do Senado Federal, que oferece possibilidade de consulta a alguns dos volumes da mencionada coleção.</p> <p>Vossa Senhoria também pode consultar sobre a história do Itamaraty e de sua Consultoria Jurídica em outra obra que está gratuitamente disponível no sítio eletrônico da FUNAG, "Itamaraty: dois séculos de história", de Flávio Mendes de Oliveira Castro, em dois volumes (http://funag.gov.br/loja/download/606-Itamaraty_Dois_Seculos_de_Historia_Vol._I.pdf).</p> <p>Nos termos do art. 21 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, eventual recurso sobre esta resposta deve ser apresentado, no prazo de 10 dias, a contar da data desta decisão.</p> <p>Atenciosamente,</p> <p>Serviço de Informação ao Cidadão Ministério das Relações Exteriores</p>
Prazo Limite para Recurso	25/04/2016
<i>Classificação do Pedido</i>	
Categoria do Pedido	Ciência, Informação e Comunicação
Subcategoria do Pedido	Informação - Gestão, preservação e acesso
Número de Perguntas	1

Histórico do Pedido		
Data do evento	Descrição do evento	Responsável
11/04/2016 14:35	Pedido Registrado para o Órgão MRE – Ministério das Relações Exteriores	SOLICITANTE
14/04/2016 12:30	Pedido Respondido	MRE – Ministério das Relações Exteriores

Anexo II – New Approach to International Law (NAIL): 1990-2010¹²⁴

	1988-92	2007-2010
Principais textos	From Apology to Utopia (KOSKENNIEMI, 2012) A New Stream of International Law Scholarship (KENNEDY, 1988) Modernist Tradition Spring Break (KENNEDY, 1985) Decay of International Law (CARTY, 1986)	Imperialism, sovereignty and the making of international law (ANGHIE, 2007) From Apology to Utopia (KOSKENNIEMI, 2012) Gentler Civilizer of Nations (KOSKENNIEMI, 2001) The Dark Sides of Virtue: Reassessing International Humanitarianism (KENNEDY, 2005)
Principais autores	Martti Koskenniemi David Kennedy Anthony Carty Nathaniel Berman	Antony Anghie Martti Koskenniemi David Kennedy China Mieville Susan Marks Anne Orford
Principais projetos	Arqueologia foucaultiana Semiótica jurídica Crítica às 'tradições inventadas'	TWAIL (e 'Estudos sobre Direito e Imperialismo', em geral) Estudos sobre 'Governança Global' (incluindo estudos sobre governabilidade) Micro-história e estudos bibliográficos do Direito Internacional 'Novo' Direito e desenvolvimento
Projetos secundários	FemCrit Estudos de Direito e Cultura	Ideologia crítica (neo)-marxista Genealogia não-foucaultiana e história das ideias Estudos de Direito Internacional Comparado
Ausências notáveis	Marxismo Eco-criticismo Direito e desenvolvimento Direito dos povos indígenas	FemCrit Eco-criticismo Semiótica jurídica

¹²⁴ (RASULOV, 2012, p. 4)

		Estudos sociológicos/antropológicos das profissões de Direito Internacional Macro-história Direitos dos povos indígenas
Inspirações teóricas e débitos primários interdisciplinares	Primeira geração dos CLS Teoria literária francesa e semiótica Escola de Frankfurt Psicanálise	Foucault e a tradição da biopolítica (Agamben, Hardt e Negri, etc) Economia política não-liberal (Polanyi, Wallerstein, Marx, Hale, etc) Estudos pós-coloniais (Said, Fanon, etc) Carl Schmitt
Principais temas	Indeterminação jurídica e autonomia relativa do Direito Ceticismo em relação a projetos reconstitutivos 'Morte à razão' Tudo é semiótica' Direito Internacional como 'tradição inventada' Privado como político Direito Internacional como campo do desejado Direito Internacional e construção da identidade Direito Internacional como cultura Intersetorialidade	'Império' Boa governança como ideologia 'Estado de exceção' Crítica schmittiana ao liberalismo 'Pontos cegos' Papel dos especialistas 'Lawfare' 'Direito como constructo' 'Direito Internacional e seus subalternos' Direito Internacional como um sistema de relações centro/periferia Economia como instituições Economia como política 'Lado sombrio da(s) virtude(s)' Internacionalismo como ideologia 'Falsas contingências'
Reações contrárias	Liberalismo Legalismo liberal e juridificação Teoria representacional do discurso de Direito Internacional Modelo normativista (prescritivista) do pensar jurídico	Administrativismo Formalismo (e antiformalismo também) Fetichismo jurídico (e niilismo jurídico também) Narrativas de progresso no plano macro Despolitização da economia/desenvolvimento/internacionalismo Fetichismo dos direitos humanos (e heroísmo dos direitos humanos também)

10. APÊNDICES

Apêndice I – Consultores da MNE (1859-1868) e Consultores Jurídicos do MRE (1905-)

Consultor	Nomeação	Exoneração	Período na Consultoria
José Antônio Pimenta Bueno (Visconde e Marquês de São Vicente)	19.02.1859	01.05.1859	2 meses e 11 dias
José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco)	20.02.1861	15.11.1861	8 meses e 28 dias
Sérgio Teixeira de Macedo – <i>Interino</i>	15.11.1861	03.05.1862	5 meses e 19 dias
José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco)	03.05.1862	19.04.1865	2 anos, 11 meses e 2 dias
Carlos de Carvalho	27.05.1905	05.09.1905 (falecimento)	3 meses e 11 dias
Amaro Cavalcanti	18.09.1905	27.06.1906	9 meses e 12 dias
Clóvis Beviláqua	27.06.1906	01.11.1934	28 anos, 4 meses e 4 dias
Heráclito de Alencastro Pereira da Graça – <i>2º Consultor</i>	11.06.1912	16.04.1914	1 ano, 10 meses e 14 dias
Manoel Álvaro de Souza Sá Vianna – <i>2º Consultor</i>	28.04.1914	09.01.1915	8 meses e 16 dias
Gilberto Amado	01.11.1934	18.12.1935	1 ano, 1 mês e 22 dias
James Darcy	24.11.1936	27.12.1939	3 anos, 1 mês e 18 dias
Sebastião do Rego Barros	02.03.1940	21.10.1946 (falecimento)	1 ano e 5 dias
Levi Fernando Carneiro	03.01.1947	28.12.1951	4 anos, 11 meses e 20 dias
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly	30.01.1952	11.01.1961	8 anos, 11 meses e 29 dias
Haroldo Teixeira Valadão – <i>1º Consultor</i>	11.01.1961	06.09.1971	10 anos, 7 meses e 20 dias

Amílcar de Araújo Falcão – 2º Consultor	08.01.1962	06.01.1967	4 anos, 11 meses e 24 dias
Augusto de Rezende Rocha – Inicialmente 2º Consultor, a partir de 1971, 1º Consultor	30.06.1969	10.08.1982	13 anos, 1 mês e 19 dias
Miguel Franchini Netto	26.08.1983	31.07.1985	1 ano, 11 meses e 15 dias
Antonio Augusto Cançado Trindade	09.08.1985	29.05.1990	4 anos, 9 meses e 14 dias
Vicente Marotta Rangel	29.05.1990	01.03.1993	2 anos, 9 meses e 17 dias
João Grandino Rodas	01.03.1993	27.02.1998	4 anos, 11 meses e 24 dias
Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros	27.02.1998	16.03.2016	18 anos e 22 dias
George Rodrigo Bandeira Galindo	16.03.2016	Atual	

Fontes: (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1988, p. 39), Decretos MRE de 29 de maio de 1990, de 1º de março de 1993 e de 27 de fevereiro de 1998, e Portaria MRE nº 243 e 244, de 16 de março de 2016.

Apêndice II – Consultoria MNE/MRE: Formação e Atuação Acadêmica/Profissional

Consultor		Formação	Atuação Acadêmica / Profissional
José Antônio Pimenta Bueno (Visconde e Marquês de São Vicente)	Santos, São Paulo	Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (1832).	Presidente do Conselho de Ministros (1870-1871). Ministro dos Negócios Estrangeiros (1870-1871). Presidente de Províncias. Deputado. Senador. Conselheiro de Estado.
José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco)	Salvador	Academia Real dos Guardas Marinhas (1841), formação em Ciências Exatas.	Presidente do Conselho de Ministros (1871-1875). Ministro dos Negócios Estrangeiros (1868-1870). Presidente de Províncias. Deputado. Senador. Conselheiro de Estado.
Sérgio Teixeira de Macedo	Rio de Janeiro	Bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda (1832).	Presidente da Província de Pernambuco (1856-7). Ministro do Império (1858-9). Deputado pelo Rio de Janeiro (1857-1860) e por Pernambuco (1861-1864) Diplomata de carreira.
Carlos Augusto de Carvalho	Rio de Janeiro	Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (1873).	Conselheiro de Estado. Presidente das Províncias do Paraná (1882-3) e Pará (1885). Ministro das Relações Exteriores (governos Floriano Peixoto e Prudente de Moraes)
Amaro Cavalcanti	Jardim das Piranhas, Rio Grande do Norte	Bacharel pela Escola de Direito da Union University (Albany, Nova York) (1880-1)	Ministro do Supremo Tribunal Federal (1906-14). Prefeito do Rio de Janeiro (1917-8). Ministro da Fazenda. Membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia. Professor e diretor do Liceu de Fortaleza e do Colégio Pedro II. Fundador e Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Clóvis Beviláqua	Viçosa do Ceará	Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (1882).	Professor na Faculdade de Direito do Recife (a partir de 1888). Secretário de governo no Piauí (1890). Deputado na constituinte estadual do Ceará (1891).
Heráclito de Alencastro Pereira da Graça	Icó, Ceará	Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (1856).	Deputado pelo Maranhão (1869-1875) e pelo Ceará (1872-1875). Presidente das Províncias da Paraíba (1872) e Ceará (1874-5). Membro da Academia Brasileira de Letras (1906-14).
Manoel Álvaro de Souza Sá Vianna	Rio de Janeiro	Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (1883).	Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (hoje Faculdade de Direito da UFRJ).
Gilberto Amado	Estância, Sergipe	Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (1909).	Professor de Direito Penal da Faculdade de Direito do Recife (1911-1930).
James Darcy	Rio Grande, Rio Grande do Sul	Bacharel pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (1896), Doutor em Direito pela mesma faculdade (1898).	Professor de Filosofia do Direito na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre (a partir de 1900).
Sebastião do Rego Barros	Recife	Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (1905).	Professor da Faculdade de Direito de Recife.
Levi Fernando Carneiro	Niterói, Rio de Janeiro	Bacharel pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, atual Faculdade Nacional de Direito (UFRJ).	Juiz da Corte Internacional de Justiça entre 1951 e 1955.
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly	Fortaleza	Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará (1908).	Diplomata de carreira (foi Secretário-Geral do MRE e ministro interino das Relações Exteriores). Professor de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito da Universidade Católica de São Paulo. Professor e primeiro Diretor do Instituto Rio Branco. Membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia (1957).

Haroldo Teixeira Valadão	São Paulo	Bacharel pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (1921).	Professor na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro (a partir de 1929); catedrático de Direito Internacional Privado (a partir de 1940). Também Professor de Direito Internacional Privado na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e do Instituto Rio Branco. Foi membro e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.
Amílcar de Araújo Falcão		Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (UFRJ).	Livre-docente e catedrático de Direito Financeiro da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ) e catedrático de Direito Financeiro e Ciência das Finanças da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atual UFRJ).
Augusto de Rezende Rocha			
Miguel Franchini Netto	São Paulo	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1935).	Professor catedrático de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Antonio Augusto Cançado Trindade	Belo Horizonte	Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1969). Mestre e Doutor em Direito Internacional pela Universidade Cambridge (1973, 1978).	Professor titular de Direito Internacional Público do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco. Professor Emérito da UnB. Juiz e presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos (1994-2008). Juiz da Corte Internacional de Justiça (2009-).
Vicente Marotta Rangel	São Paulo	Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1946). Doutor em Direito pela Universidade de Paris (1949). Livre-docente em Direito Internacional Público pela USP (1954).	Professor titular de Direito Internacional Público da Universidade de São Paulo. Professor emérito da FADUSP. Membro da Corte de Arbitragem da Haia. Membro do Tribunal Internacional do Direito do Mar (1994 e 2015).

João Grandino Rodas	São Paulo	Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1969). Doutor e livre-docente em Direito Internacional pela USP (1971, 1973).	Professor titular de Direito Internacional Privado da Universidade de São Paulo. Reitor da USP (2009-2013). Membro da Comissão Jurídica Interamericana da OEA e do Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do Mercosul.
Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros	Uruguaiana, Rio Grande do Sul	Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1975). Mestrado em Ciência Política pela UFRGS (1980). Doutor em Direito Internacional pela USP (1994).	Professor titular da PUC-RS. Membro da Corte Permanente de Arbitragem da Haia. Presidente do Tribunal Administrativo da ALADI. Juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (2016).
George Rodrigo Bandeira Galindo	Recife	Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1998). Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (2001). Doutor em Relações Internacionais pela UnB (2006).	Professor adjunto e Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (desde 2007).

Apêndice III – Pareceres selecionados da Consultoria Jurídica do MRE

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Carlos de Carvalho	Responsabilidade do Estado por Danos Causados a Estrangeiros em Casos de Revolta, Insurreição ou Guerra Civil (Caso da Reclamação da Firma Wilhelm Pinsdorf & Cia., Patrocinada pela Imperial Legação Alemã), emitido no Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1905	Rio de Janeiro	1905	Responsabilidade Internacional do Estado	Bases da Responsabilidade
Carlos de Carvalho	Regra do Esgotamento dos Recursos Internos, emitido no Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1905	Rio de Janeiro	1905	Responsabilidade Internacional do Estado	Regra do Prévio Esgotamento dos Recursos Internos
Carlos de Carvalho	Reclamação da Legação da Itália de Reparação de Danos Sofridos por Súditos Italianos Radicados no Sertão da Bahia, emitido no Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1905	Rio de Janeiro	1905	Responsabilidade Internacional do Estado	Reparação de Danos
Clóvis Beviláqua	Imunidades Consulares em Matéria Penal, emitido no Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1906	Rio de Janeiro	1906	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Amaro Cavalcanti	Necessidade de Aprovação pelo Congresso Nacional de Qualquer Modificação ou Aditamento em Convenções Internacionais, emitido no Rio de Janeiro, em 27 de março de 1906	Rio de Janeiro	1906	Tratados	Aprovação
Amaro Cavalcanti	Reclamação da Legação da França de Reparação de Danos que Alegam Ter Sofrido Cidadãos Franceses com os Acontecimentos no Estado do Rio Grande	Rio de Janeiro	1906	Responsabilidade Internacional do Estado	Bases da Responsabilidade

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
	do Sul em 1893-1894, emitido no Rio de Janeiro, em 15 de março de 1906				
Clóvis Beviláqua	Regra do Esgotamento dos Recursos Internos, emitido no Rio de Janeiro, em 22 de fevereiro de 1907	Rio de Janeiro	1907	Responsabilidade Internacional do Estado	Regra do Prévio Esgotamento dos Recursos Internos
Clóvis Beviláqua	Venda de Terras a Estrangeiros, emitido no Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro de 1908	Rio de Janeiro	1908	Território	Natureza da Soberania Territorial
Clóvis Beviláqua	Aquisição de Imóveis no Brasil por Nações Estrangeiras para Instalação das Respectivas Legações e Consulados, emitido no Rio de Janeiro, em 15 de abril de 1909	Rio de Janeiro	1909	Identidade e Personalidade Jurídica do Estado	Personalidade Jurídica do Estado
Clóvis Beviláqua	Questão de Delitos da Multidão (na Cidade de Joinville, Caso de Kullack e Steill), emitido no Rio de Janeiro, em 14 de abril de 1909	Rio de Janeiro	1909	Responsabilidade Internacional do Estado	Bases da Responsabilidade
Clóvis Beviláqua	Conceito de Denegação de justiça, emitido no Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1911	Rio de Janeiro	1911	Responsabilidade Internacional do Estado	Denegação de Justiça
Clóvis Beviláqua	Caso de Proteção Diplomática vis-à-vis o Governo Boliviano, emitido no Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1911	Rio de Janeiro	1911	Responsabilidade Internacional do Estado	Proteção Diplomática
Clóvis Beviláqua	Regra do Esgotamento dos Recursos Internos, emitido no Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1911	Rio de Janeiro	1911	Responsabilidade Internacional do Estado	Regra do Prévio Esgotamento dos Recursos Internos

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Clóvis Beviláqua	Regras de Neutralidade a Serem Observadas pelo Brasil em Caso de Guerra entre Nações Estrangeiras, emitido no Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 1911	Rio de Janeiro	1911	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Clóvis Beviláqua	Regra do Esgotamento dos Recursos Internos, emitido no Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1913	Rio de Janeiro	1913	Responsabilidade Internacional do Estado	Regra do Prévio Esgotamento dos Recursos Internos
Clóvis Beviláqua	Proposta dos Estados Unidos da América para Constituição de Comissão Internacional de Inquérito para Solução Pacífica de Conflitos Internacionais, emitido no Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1913	Rio de Janeiro	1913	Solução Pacífica de Controvérsias	Investigação ou Inquérito
Clóvis Beviláqua	Tratado Geral de Arbitramento entre Brasil e Peru, emitido no Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1914	Rio de Janeiro	1914	Princípios que Regem as Relações Amistosas entre os Estados	Soberania
Clóvis Beviláqua	Direito do Brasil a Reparação de Danos em Caso de Afundamento, por Cruzador Alemão, de Vapor Inglês Fretado pelo Loide Brasileiro para Transporte de Carvão de Norfolk para o Rio de Janeiro, emitido no Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1914	Rio de Janeiro	1914	Responsabilidade Internacional do Estado	Reparação de Danos
Clóvis Beviláqua	Jurisdição a que Estão Sujeitos os Navios Mercantes Fundeados em Portos Estrangeiros, emitido no Rio de Janeiro, em 21 de setembro de 1914	Rio de Janeiro	1914	Jurisdição e Imunidades	Jurisdição
Clóvis Beviláqua	Casos em que um Navio Mercante é Considerado Território Flutuante, emitido no Rio de Janeiro, em 17 de fevereiro de 1914	Rio de Janeiro	1914	Território	Território em Geral

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Clóvis Beviláqua	Incursoção em Território Brasileiro de Forças Regulares da República Oriental do Uruguai, emitido no Rio de Janeiro, em 24 de abril de 1914	Rio de Janeiro	1914	Território	Natureza da Soberania Territorial
Clóvis Beviláqua	Neutralidade dos Estados Unidos e o Regime do Canal do Panamá, emitido no Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1914	Rio de Janeiro	1914	Território	Natureza da Soberania Territorial
Clóvis Beviláqua	Organização da Projetada III Conferência da Paz em Haia, emitido no Rio de Janeiro, em 21 de abril de 1914	Rio de Janeiro	1914	Organizações Internacionais	Antecedentes
Clóvis Beviláqua	Questão de Navios Mercantes de Potências Beligerantes Retidos em Portos Neutros, emitido no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1914	Rio de Janeiro	1914	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Clóvis Beviláqua	Reclamação da Legação Alemã contra a Livre Entrada em Porto Brasileiro de Navios Mercantes Ingleses Armados, emitido no Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1914	Rio de Janeiro	1914	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Clóvis Beviláqua	Caso de Retirada de Passageiros Alemães e Austríacos de Bordo de Navio do Loide Brasileiro pelo Cruzador Condé da Marinha de Guerra Francesa, emitido no Rio de Janeiro, em 1o de novembro de 1914	Rio de Janeiro	1914	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Clóvis Beviláqua	Consultor Jurídico do Ministério das Relações Exteriores, Clóvis Beviláqua, em Caso de Detenção de Navio Beligerante em Porto Neutro por Infração das Regras de Neutralidade, emitido no Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 1914	Rio de Janeiro	1914	Direito Humanitário	Direito Humanitário

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Clóvis Beviláqua	Questão da Prisão de Súditos Inimigos a Bordo de Navios Neutros (Não se Dirigindo estes ao Desempenho de Funções Militares), emitido no Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1915	Rio de Janeiro	1915	Princípios que Regem as Relações Amistosas entre os Estados	Soberania
Clóvis Beviláqua	Bloqueio Naval da Grã-Bretanha, emitido no Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1915	Rio de Janeiro	1915	Beligerância e Neutralidade	Estado de Beligerância
Clóvis Beviláqua	Prejuízos Causados aos Neutros pelos Aliados com a Proibição de Comércio com a Alemanha, emitido no Rio de Janeiro, em 4 de março de 1915	Rio de Janeiro	1915	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Clóvis Beviláqua	Dever dos Neutros de Não Armarem Navios Mercantes, emitido no Rio de Janeiro, em 9 de agosto de 1915	Rio de Janeiro	1915	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Clóvis Beviláqua	Bloqueio de Portos Alemães por Navios Ingleses e Sua Regulamentação por Decreto do Governo Britânico, emitido no Rio de Janeiro, em 10 de março de 1915	Rio de Janeiro	1915	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Clóvis Beviláqua	Incidente de Explosão de Bomba a Bordo do Vapor Inglês Tennyson Após Ter Deixado o Porto da Bahia, emitido no Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1916	Rio de Janeiro	1916	Jurisdição e Imunidades	Jurisdição
Clóvis Beviláqua	Questão de Nacionalidade de Navio (Caso da Detenção do Vapor Marina Quesada em Pernambuco por Irregularidades nos Papéis de Bordo), emitido no Rio de Janeiro, em 29 de novembro de 1916	Rio de Janeiro	1916	Direito do Mar	Direito do Mar

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Clóvis Beviláqua	Caso do Torpedeamento do Navio Brasileiro Rio-Branco por Submarino Alemão, emitido no Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1916	Rio de Janeiro	1916	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Clóvis Beviláqua	Inclusão de Firms Brasileiras na Lista Negra Britânica, emitido no Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 1916	Rio de Janeiro	1916	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Clóvis Beviláqua	Caso de Detenção por Autoridades Brasileiras da Canhoneira Alemã Eber e Internação da Respectiva Tripulação, emitido no Rio de Janeiro, em 21 de agosto de 1916	Rio de Janeiro	1916	Direito Humanitário	Direito Humanitário
Clóvis Beviláqua	Atitude dos Países Neutros em face do Bloqueio, emitido no Rio de Janeiro, em 7 de abril de 1917	Rio de Janeiro	1917	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Clóvis Beviláqua	Torpedeamento do Vapor Brasileiro Paraná e o Rompimento das Relações do Brasil com a Alemanha, emitido no Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1917	Rio de Janeiro	1917	Outros Tópicos de Direito Internacional	Relações Diplomáticas
Clóvis Beviláqua	Jurisdição Brasileira a Bordo de Navios Estrangeiros Surtos em Portos Nacionais, emitido no Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 1918	Rio de Janeiro	1918	Jurisdição e Imunidades	Jurisdição
Clóvis Beviláqua	Alienação a Estrangeiros de Terras Situadas em Zona Fronteiriça, emitido no Rio de Janeiro, em 9 de abril de 1918	Rio de Janeiro	1918	Território	Natureza da Soberania Territorial

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Clóvis Beviláqua	Questão da Competência ou Não da Justiça Federal para Sentenciar sobre Casos de Direito Marítimo Internacional (e.g., Legalidade de Presas de Guerra), emitido no Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1918	Rio de Janeiro	1918	Direito do Mar	Direito do Mar
Clóvis Beviláqua	Questão da Incorporação dos Navios Ex-Alemães à Frota Brasileira, emitido no Rio de Janeiro, em 6 de fevereiro de 1920	Rio de Janeiro	1920	Beligerância e Neutralidade	Represálias
Clóvis Beviláqua	Caso de Indenização Pedida ao Governo da Bolívia por Brasileiro Ferido por Soldados Bolivianos, emitido no Rio de Janeiro, em 27 de junho de 1921	Rio de Janeiro	1921	Responsabilidade Internacional do Estado	Bases da Responsabilidade
Clóvis Beviláqua	Questão da Interpretação do Pacto da Sociedade das Nações, emitido no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1923	Rio de Janeiro	1923	Evolução e Fontes do Direito Internacional	Fontes (Eqüidade)
Clóvis Beviláqua	Questão do Não-Uso da Força (sob o Pacto da Sociedade das Nações), emitido no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1923	Rio de Janeiro	1923	Princípios que Regem as Relações Amistosas entre os Estados	Não-Uso da Força
Clóvis Beviláqua	Brasil e a Questão da Codificação do Direito Internacional, emitido no Rio de Janeiro, em 29 de janeiro de 1923	Rio de Janeiro	1923	Codificação do Direito Internacional	Codificação do Direito Internacional
Clóvis Beviláqua	Questão da Responsabilidade do Estado por Crime Político Perpetrado Contra Estrangeiros em Seu Território, emitido no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1923	Rio de Janeiro	1923	Responsabilidade Internacional do Estado	Bases da Responsabilidade
Clóvis Beviláqua	Delimitação de Competências entre a Liga das Nações e os Estados-Membros (o chamado Domínio Reservado ou Competência Nacional Exclusiva dos Estados), emitido no Rio de Janeiro, em 14 de novembro de 1923	Rio de Janeiro	1923	Organizações Internacionais	Delimitação de Competências

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Clóvis Beviláqua	Questões Excluídas do Arbitramento entre os Estados, emitido no Rio de Janeiro, em 30 de setembro de 1924	Rio de Janeiro	1924	Evolução e Fontes do Direito Internacional	Evolução
Clóvis Beviláqua	Noção de Denegação de Justiça, emitido no Rio de Janeiro, em 12 de novembro de 1924	Rio de Janeiro	1924	Responsabilidade Internacional do Estado	Denegação de Justiça
Clóvis Beviláqua	Questão das Imunidades Diplomáticas, emitido no Rio de Janeiro, em 7 de outubro de 1924	Rio de Janeiro	1924	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Clóvis Beviláqua	Questão da Admissão da Alemanha à Sociedade das Nações, emitido no Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1924:	Rio de Janeiro	1924	Organizações Internacionais	Composição (Admissão de Membro)
Clóvis Beviláqua	Questão da Responsabilidade do Estado por Atos de Funcionários Públicos em Território Brasileiro (Causando Danos a Particulares) e por Atos de Funcionários Diplomáticos e Consulares Fora do País, emitido no Rio de Janeiro, em 2 de outubro de 1925	Rio de Janeiro	1925	Responsabilidade Internacional do Estado	Bases da Responsabilidade
Clóvis Beviláqua	Questão de Indenização a Proprietários de Mercadorias a Bordo de Navios Alemães Apreendidos pelo Governo Brasileiro, emitido no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1925	Rio de Janeiro	1925	Responsabilidade Internacional do Estado	Reparação de Danos
Clóvis Beviláqua	Projeto de Regulamento da Navegação Aérea Organizado pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, emitido no Rio de Janeiro, em 27 de julho de 1925	Rio de Janeiro	1925	Direito Aeronáutico	Direito Aeronáutico
Clóvis Beviláqua	Questão da Delegação do Brasil à Sociedade das Nações e o Caráter Público da Mesma, emitido no Rio de Janeiro, em 12 de junho de 1925	Rio de Janeiro	1925	Organizações Internacionais	Personalidade Jurídica Internacional

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Clóvis Beviláqua	Questão de Asilo Concedido pelas Embaixadas e Legações a Indivíduos que se Acham sob a Ação da Justiça, emitido no Rio de Janeiro, em 17 de abril de 1925	Rio de Janeiro	1925	Direito de Asilo	Direito de Asilo
Clóvis Beviláqua	Questão do Con sico de Propriedade Particular Inimiga Durante a Guerra, emitido no Rio de Janeiro, em 1o de setembro de 1925	Rio de Janeiro	1925	Beligerância e Neutralidade	Confisco de Bens
Clóvis Beviláqua	Classificação de Tratados, emitido no Rio de Janeiro, em 30 de junho de 1926	Rio de Janeiro	1926	Tratados	Tipologia
Clóvis Beviláqua	Questão da Denúncia de Tratado (Caso da Retirada do Brasil da Liga das Nações), emitido no Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1926	Rio de Janeiro	1926	Tratados	Denúncia
Clóvis Beviláqua	Saída do Brasil da Sociedade das Nações e da Corte Permanente de Justiça Internacional, emitido no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1926	Rio de Janeiro	1926	Organizações Internacionais	Composição (Retirada de Membro)
Clóvis Beviláqua	Questão da Codificação Progressiva do Direito Internacional, emitido no Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1927	Rio de Janeiro	1927	Codificação do Direito Internacional	Codificação do Direito Internacional
Clóvis Beviláqua	Codificação Progressiva do Direito Internacional, encaminhado em carta de 3 de fevereiro de 1927	Rio de Janeiro	1927	Responsabilidade Internacional do Estado	Bases da Responsabilidade
Clóvis Beviláqua	Codificação Progressiva do Direito Internacional (como parte dos travaux préparatoires da Conferência de Codificação de Haia de 1930), em carta de 12 de dezembro de 1927	Rio de Janeiro	1927	Jurisdição e Imunidades	Jurisdição
Clóvis Beviláqua	Codificação Progressiva do Direito Internacional, encaminhado em carta de 3 de fevereiro de 1927	Rio de Janeiro	1927	Direito do Mar	Mar Territorial

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Clóvis Beviláqua	Evolução da Noção de Neutralidade, emitido no Rio de Janeiro, em 17 de março de 1927	Rio de Janeiro	1927	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Clóvis Beviláqua	Cláusula da Nação-Mais-Favorecida (no contexto da codificação do Direito Internacional), emitido no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1927	Rio de Janeiro	1927	Outros Tópicos de Direito Internacional	Cláusula da Nação-Mais-Favorecida
Clóvis Beviláqua	Questão da Responsabilidade do Estado por Danos Causados a Estrangeiros (com vistas à I Conferência para a Codificação do Direito Internacional), emitido no Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1928	Rio de Janeiro	1928	Responsabilidade Internacional do Estado	Bases da Responsabilidade
Clóvis Beviláqua	Questão do Mar Territorial em Anteprojeto de Convenção para a I Conferência de Codificação do Direito Internacional, emitido no Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1928	Rio de Janeiro	1928	Direito do Mar	Mar Territorial
Clóvis Beviláqua	Adesão a Tratados, emitido no Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1929	Rio de Janeiro	1929	Tratados	Adesão
Clóvis Beviláqua	Acidente com o Vapor Alemão Baden, emitido no Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1930	Rio de Janeiro	1930	Responsabilidade Internacional do Estado	Bases da Responsabilidade
Clóvis Beviláqua	Questão dos Empréstimos em Ouro Contraídos pelo Brasil na França, emitido no Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1930:	Rio de Janeiro	1930	Responsabilidade Internacional do Estado	Proteção Diplomática
Clóvis Beviláqua	Questão das Imunidades Diplomáticas, emitido no Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1930	Rio de Janeiro	1930	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Clóvis Beviláqua	Questão dos Empréstimos em Ouro Contraídos pelo Brasil na França, emitido no Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1930	Rio de Janeiro	1930	Solução Pacífica de Controvérsias	Solução Arbitral e Judicial

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Clóvis Beviláqua	Questão da Reparação de Danos à Pereira Carneiro e Cia. Ltda. pela Perda de Seus Navios Torpedeados por Submarinos Alemães, emitido no Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1931	Rio de Janeiro	1931	Responsabilidade Internacional do Estado	Reparação de Danos
Clóvis Beviláqua	Questão das Imunidades Diplomáticas, emitido no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1931	Rio de Janeiro	1931	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Clóvis Beviláqua	Questão do Tratamento de Poloneses e Outras Pessoas de Origem ou Língua Polonesa no Território de Dantzig, emitido no Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1931	Rio de Janeiro	1931	Direitos Humanos	Direitos Humanos em Geral
Clóvis Beviláqua	Direito de Asilo, emitido no Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1931	Rio de Janeiro	1931	Direito de Asilo	Direito de Asilo
Clóvis Beviláqua	Questão do Tratamento de Prisioneiros de Guerra, emitido no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1931	Rio de Janeiro	1931	Beligerância e Neutralidade	Tratamento de Prisioneiros de Guerra
Clóvis Beviláqua	Tratado Antibélico proposto pela Argentina, emitido no Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1932	Rio de Janeiro	1932	Princípios que Regem as Relações Amistosas entre os Estados	Não-Uso da Força
Clóvis Beviláqua	Questão da Ratificação de Tratados, emitido no Rio de Janeiro, em 5 de agosto de 1932	Rio de Janeiro	1932	Tratados	Ratificação
Clóvis Beviláqua	Brasil e o Tratado de Limites e Navegação entre Colômbia e Peru (Questão de Letícia), emitido no Rio de Janeiro, em 22 de novembro de 1932	Rio de Janeiro	1932	Solução Pacífica de Controvérsias	Soluções Pacíficas em Geral
Clóvis Beviláqua	Questão da Denúncia de Tratado, emitido no Rio de Janeiro, em 17 de abril de 1933	Rio de Janeiro	1933	Tratados	Denúncia

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Clóvis Beviláqua	Incidente de Letícia entre Peru e Colômbia e a Passagem de Material de Guerra por Águas Brasileiras e seu Transbordo em Manaus, emitido no Rio de Janeiro, em 27 de fevereiro de 1933	Rio de Janeiro	1933	Beligerância e Neutralidade	Estado de Beligerância
Clóvis Beviláqua	Incidente de Letícia entre Colômbia e Peru e o Transbordo de Material Bélico em Porto Brasileiro, emitido no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1933	Rio de Janeiro	1933	Beligerância e Neutralidade	Estado de Beligerância
Clóvis Beviláqua	Conflito de Letícia entre Peru e Colômbia e a Questão da Utilização de Lancha Brasileira para Transporte de Homens à Guerra, emitido no Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1933	Rio de Janeiro	1933	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Clóvis Beviláqua	Conflito de Letícia entre Colômbia e Peru e a Questão da Transformação de Transporte de Guerra Colombiano em Navio Mercante, emitido no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1933	Rio de Janeiro	1933	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Clóvis Beviláqua	Caso de Reclamação sobre Suposta Brecha de Neutralidade por parte do Brasil, emitido no Rio de Janeiro, em 8 de agosto de 1933	Rio de Janeiro	1933	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Clóvis Beviláqua	Noção de Soberania, emitido no Rio de Janeiro, em 30 de janeiro de 1934	Rio de Janeiro	1934	Princípios que Regem as Relações Amistosas entre os Estados	Soberania
Clóvis Beviláqua	Brasil e o Pacto Briand-Kellogg (de 1928) de Renúncia à Guerra como Instrumento de Política Nacional, emitido no Rio de Janeiro, em 8 de março de 1934	Rio de Janeiro	1934	Princípios que Regem as Relações Amistosas entre os Estados	Não-Uso da Força
Clóvis Beviláqua	Apelo à Bolívia e ao Paraguai a que Ponham Termo à Luta Armada (Questão do Chaco), emitido no Rio de Janeiro, em 26 de maio de 1934	Rio de Janeiro	1934	Princípios que Regem as Relações Amistosas entre os Estados	Não-Uso da Força

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Clóvis Beviláqua	Conflito do Chaco entre Bolívia e Paraguai e a Questão dos Efeitos da Guerra em Relação a Tratados, emitido no Rio de Janeiro, em 22 de maio de 1934	Rio de Janeiro	1934	Beligerância e Neutralidade	Efeitos da Guerra em Relação a Tratados
Gilberto Amado	Questão da Capacidade Jurídica do Governo Brasileiro para Celebrar Tratados, emitido no Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1935	Rio de Janeiro	1935	Tratados	Capacidade para Concluir Tratados (Treaty-Making Power)
James Darcy	Caso de Empréstimo Externo do Estado de São Paulo e Ação Contra Ele Movida nos Tribunais de Nova York, emitido no Rio de Janeiro, em 12 de abril de 1937	Rio de Janeiro	1937	Jurisdição e Imunidades	Jurisdição
James Darcy	Projeto de Codificação dos Instrumentos de Paz da VIII Conferência Internacional Americana (Lima, 1938), emitido no Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1938	Rio de Janeiro	1938	Codificação do Direito Internacional	Codificação do Direito Internacional
James Darcy	Questão da Capacidade de Celebrar Acordos, emitido no Rio de Janeiro, em 20 de junho de 1938	Rio de Janeiro	1938	Tratados	Capacidade para Concluir Tratados (Treaty-Making Power)
James Darcy	Princípios Relativos ao Reconhecimento da Beligerância, emitido no Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1938	Rio de Janeiro	1938	Reconhecimento	Reconhecimento de Beligerância
James Darcy	Conferência de Paz para a Solução do Conflito do Chaco e a Questão da Interação dos Métodos de Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais, emitido no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1938	Rio de Janeiro	1938	Solução Pacífica de Controvérsias	Interação dos Métodos de Solução Pacífica
James Darcy	Ratificação de Tratados, emitido no Rio de Janeiro, em 18 de outubro de 1939	Rio de Janeiro	1939	Tratados	Ratificação
James Darcy	Caso de Retirada de Passageiros Alemães do Vapor Cuiabá no Porto do Havre (com destino ao Brasil), emitido no Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1939	Rio de Janeiro	1939	Jurisdição e Imunidades	Jurisdição

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
James Darcy	Navegação do Rio Paraguai, emitido no Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1939	Rio de Janeiro	1939	Rios Internacionais	Rios Internacionais
James Darcy	Questão da Beligerância e Neutralidade, emitido no Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1939	Rio de Janeiro	1939	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
James Darcy	Brasil e a Questão da “Lista Negra” dos Países Beligerantes, emitido no Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 1939	Rio de Janeiro	1939	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
James Darcy	Questão de Direito Marítimo na Guerra, emitido no Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1939	Rio de Janeiro	1939	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Sebastião do Rego Barros	Questão da Jurisdição em Relação a Navio Militar Estrangeiro, emitido no Rio de Janeiro, em 14 de fevereiro de 1940	Rio de Janeiro	1940	Jurisdição e Imunidades	Jurisdição
Sebastião do Rego Barros	Caso de Asilo em Sede de Missão Diplomática a Cidadão de Estado Beligerante (em Território Inimigo), emitido no Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1940	Rio de Janeiro	1940	Direito de Asilo	Direito de Asilo
Sebastião do Rego Barros	Posição do Brasil em face da Colocação de Minas diante dos Portos da Bélgica e dos Países Baixos, emitido no Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1940	Rio de Janeiro	1940	Beligerância e Neutralidade	Estado de Beligerância
Sebastião do Rego Barros	Caso de Apreensão de Mercadorias do vapor Buarque no Exterior, emitido no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1940	Rio de Janeiro	1940	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Sebastião do Rego Barros	Questão da Indenização de Guerra (Danos Causados pela Alemanha à Embaixada do Brasil em Londres), emitido no Rio de Janeiro, em 21 de outubro de 1940	Rio de Janeiro	1940	Beligerância e Neutralidade	Reparações de Guerra

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Sebastião do Rego Barros	Caso de Apreensão do Navio Mercante Italiano Calábria, emitido no Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1940	Rio de Janeiro	1940	Outros Tópicos de Direito Internacional	Relações Diplomáticas
Sebastião do Rego Barros	Caso de Proteção Diplomática a Brasileiros com Dupla Nacionalidade, emitido no Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1941	Rio de Janeiro	1941	Responsabilidade Internacional do Estado	Proteção Diplomática
Sebastião do Rego Barros	Questão das Prerrogativas e Imunidades Diplomáticas, emitido no Rio de Janeiro, em 3 de fevereiro de 1941	Rio de Janeiro	1941	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Sebastião do Rego Barros	Situação de Prisioneiros de Guerra Evadidos em Território de Estado Neutro, emitido no Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 1941	Rio de Janeiro	1941	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Sebastião do Rego Barros	Situação dos Navios Mercantes de Países Beligerantes que Buscarem Refúgio em Águas ou Portos do Brasil, emitido no Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1941	Rio de Janeiro	1941	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Sebastião do Rego Barros	Reafirmação de Princípios Fundamentais do Direito Internacional pelo Comitê Jurídico Interamericano, emitido no Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1942	Rio de Janeiro	1942	Princípios que Regem as Relações Amistosas entre os Estados	Princípios Básicos
Sebastião do Rego Barros	Protocolo de Paz, Amizade e Limites entre o Peru e o Equador, emitido no Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 1942	Rio de Janeiro	1942	Solução Pacífica de Controvérsias	Soluções Pacíficas em Geral
Sebastião do Rego Barros	Rompimento de Relações com o Eixo e a Cessação da Neutralidade do Brasil, emitido no Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1942	Rio de Janeiro	1942	Beligerância e Neutralidade	Neutralidade
Sebastião do Rego Barros	Questão das Prerrogativas e Imunidades Diplomáticas, emitido no Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1944	Rio de Janeiro	1944	Jurisdição e Imunidades	Imunidades

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Sebastião do Rego Barros	Questão da Renúncia a Imunidades Diplomáticas, emitido no Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1944	Rio de Janeiro	1944	Jurisdição e Imunidades	Renúncia à Imunidade
Sebastião do Rego Barros	Caso de Proteção Diplomática a Brasileiros Naturalizados, emitido no Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1945	Rio de Janeiro	1945	Responsabilidade Internacional do Estado	Proteção Diplomática
Sebastião do Rego Barros	Caso de Proteção Diplomática a Brasileiro com Dupla Nacionalidade, emitido no Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1945	Rio de Janeiro	1945	Responsabilidade Internacional do Estado	Proteção Diplomática
Sebastião do Rego Barros	Questão dos Efeitos da Guerra em Relação a Tratados, emitido no Rio de Janeiro, em 20 de março de 1945	Rio de Janeiro	1945	Conflitos Armados e Neutralidade	Efeitos da Guerra em Relação a Tratados
Sebastião do Rego Barros	Imunidades dos Serviços de Guerra de Navio Auxiliar da Marinha de Guerra Brasileira, emitido no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1946	Rio de Janeiro	1946	jurisdição e Imunidades	Jurisdição
Levi Fernando Carneiro	Acordo mediante Notas Reversais para Assegurar o Cumprimento de Tratado, emitido no Rio de Janeiro, em 9 de setembro de 1947	Rio de Janeiro	1947	Tratados	Aprovação e Ratificação
Levi Fernando Carneiro	Necessidade de Rati cação pelo Congresso Nacional de Acordos sobre Compra de Tecidos, emitido no Rio de Janeiro, em 7 de fevereiro de 1947	Rio de Janeiro	1947	Tratados	Aprovação e Ratificação
Levi Fernando Carneiro	Questão da “Legislação para Prevenir e Punir o Crime de Genocídio”, emitido no Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1947	Rio de Janeiro	1947	Direitos Humanos	Direitos Humanos
Levi Fernando Carneiro	Imunidade Jurisdicional de Membro de Missão Diplomática do Brasil no Exterior, emitido no Rio de Janeiro, em 26 de maio de 1948	Rio de Janeiro	1948	Jurisdição e Imunidades	Imunidades

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Levi Fernando Carneiro	Questão da Subsistência ou Não – em Face do Anschluss – de Tratados Celebrados pelo Brasil com a Áustria, emitido no Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1948	Rio de Janeiro	1948	Sucessão de Estados (Em Matéria de Tratados)	Sucessão de Estados (Em Matéria de Tratados)
Levi Fernando Carneiro	Isenção Fiscal de Brasileiros e Estrangeiros que Servem em Organismos Internacionais, emitido no Rio de Janeiro, em 22 de abril de 1948	Rio de Janeiro	1948	Organizações Internacionais	Funcionalismo Internacional
Levi Fernando Carneiro	Questão da Necessidade ou Não de Homologação pelo Congresso Nacional de Acordo por Notas Reversais (sobre Isenção de Impostos), emitido no Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1949	Rio de Janeiro	1949	Tratados	Aprovação e Ratificação
Levi Fernando Carneiro	Cláusula Contratual de Renúncia de Imunidade de Jurisdição da Organização dos Estados Americanos, emitido no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1949	Rio de Janeiro	1949	Jurisdição e Imunidades	Renúncia à Imunidade
Levi Fernando Carneiro	Tendências na Evolução do Direito do Mar, emitido no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1949	Rio de Janeiro	1949	Direito do Mar	Direito do Mar em Geral
Levi Fernando Carneiro	Questão do Mar Territorial, emitido no Rio de Janeiro, em 6 de abril de 1949	Rio de Janeiro	1949	Direito do Mar	Mar Territorial
Levi Fernando Carneiro	Questão da Responsabilidade por Dano Sofrido por Funcionário da ONU, emitido no Rio de Janeiro, em 7 de fevereiro de 1949	Rio de Janeiro	1949	Organizações Internacionais	Responsabilidade Internacional
Levi Fernando Carneiro	Questão da Capacidade da ONU para Reclamar a Reparação de Danos Sofridos por Algum Funcionário Seu, emitido no Rio de Janeiro, em 12 de abril de 1949	Rio de Janeiro	1949	Organizações Internacionais	Responsabilidade Internacional

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Levi Fernando Carneiro	Questão da Composição das Comissões Regionais da Organização Mundial de Saúde (OMS), emitido no Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1949	Rio de Janeiro	1949	Organizações Internacionais	Composição
Levi Fernando Carneiro	Questão dos Crimes contra a Paz e a Segurança da Humanidade, emitido no Rio de Janeiro, em 8 de outubro de 1949	Rio de Janeiro	1949	Direitos Humanos	Direitos Humanos
Levi Fernando Carneiro	Questão do Asilo Político e Caracterização de Crime Político, emitido no Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1949	Rio de Janeiro	1949	Direito de Asilo	Asilo Diplomático e Caracterização de Crime Político
Levi Fernando Carneiro	Questão da Capacidade Jurídica do Governo da Alemanha para Celebrar Acordo Comercial com o Brasil, emitido no Rio de Janeiro, em 29 de maio de 1950	Rio de Janeiro	1950	Tratados	Capacidade para Concluir Tratados (Treaty-Making Power)
Levi Fernando Carneiro	Questão da Necessidade ou Não de Aprovação pelo Congresso Nacional de Acordos por Troca de Notas, emitido no Rio de Janeiro, em 27 de fevereiro de 1950	Rio de Janeiro	1950	Tratados	Aprovação e Ratificação
Levi Fernando Carneiro	Questão de Reservas Formuladas Quando da Adesão ou Acesso a Tratados Interamericanos, emitido no Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1950	Rio de Janeiro	1950	Tratados	Reservas
Levi Fernando Carneiro	Projeto de Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto Internacional dos Refugiados (e Problemas Conexos), emitido no Rio de Janeiro, em 11 de março de 1950	Rio de Janeiro	1950	Refugiados e Apátridas	Refugiados e Apátridas
Levi Fernando Carneiro	Reclamação de Brasileiro Residente na Itália, por Motivo de Danos de Guerra Sofridos, emitido no Rio de Janeiro, em 18 de setembro de 1951	Rio de Janeiro	1951	Responsabilidade Internacional do Estado	Bases da Responsabilidade

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Levi Fernando Carneiro	Caso de Imunidade de Jurisdição do Governo dos Estados Unidos, emitido no Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1951	Rio de Janeiro	1951	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Levi Fernando Carneiro	Questão de Informações sobre Minorias Raciais, emitido em Brasília, em 1951	Rio de Janeiro	1951	Direitos Humanos	Direitos Humanos
Levi Fernando Carneiro	Condição de Refugiados e Apátridas, emitido no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1951	Rio de Janeiro	1951	Refugiados e Apátridas	Refugiados e Apátridas
Hildebrando Accioly	Questão das Imunidades de Jurisdição Civil de Secretário de Embaixada, emitido no Rio de Janeiro, em 7 de julho de 1952	Rio de Janeiro	1952	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Hildebrando Accioly	Projeto de Convenção entre o Brasil e a Itália sobre Conciliação e Solução Judicial, emitido no Rio de Janeiro, em 8 de maio de 1952	Rio de Janeiro	1952	Solução Pacífica de Controvérsias	Solução Judicial
Hildebrando Accioly	Caso de Violação de Asilo Territorial, emitido no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1957	Rio de Janeiro	1957	Direito de Asilo	Asilo Territorial
Hildebrando Accioly	Questão da Proteção Diplomática a Pedido de Outro Estado de Pessoas ou Interesses Deste, emitido no Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 1957	Rio de Janeiro	1957	Outros Tópicos de Direito Internacional	Relações Diplomáticas
Hildebrando Accioly	Questão de Sucessão de Estado (Acordo do Brasil com o Egito), emitido no Rio de Janeiro, em 2 de junho de 1958	Rio de Janeiro	1958	Sucessão de Estados (Em Matéria de Tratados)	Sucessão de Estados (Em Matéria de Tratados)
Hildebrando Accioly	Questão da Passagem de Navios em Estreitos, emitido no Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1958	Rio de Janeiro	1958	Direito do Mar	Regime dos Estreitos
Hildebrando Accioly	Questão de Direito Espacial e Aeronáutico, emitido no Rio de Janeiro, em 30 de janeiro de 1958	Rio de Janeiro	1958	Direito Aeronáutico e Espacial	Direito Aeronáutico e Espacial

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Hildebrando Accioly	Questão da Cláusula da Nação Mais Favorecida, emitido no Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1958	Rio de Janeiro	1958	Outros Tópicos de Direito Internacional	Cláusula da Nação-Mais-Favorecida
Hildebrando Accioly	Questão da Competência de Tribunais Brasileiros para julgar Pessoal Militar do Contingente Brasileiro na UNEF (Egito), emitido no Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1959	Rio de Janeiro	1959	Jurisdição e Imunidades	Jurisdição
Hildebrando Accioly	Caso do Asilo ao General Delgado na Embaixada do Brasil em Lisboa, emitido no Rio de Janeiro, em 15 de janeiro de 1959	Rio de Janeiro	1959	Direito de Asilo	Asilo Diplomático
Hildebrando Accioly	Projeto de Processo Arbitral das Nações Unidas, emitido no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1959	Rio de Janeiro	1959	Solução Pacífica de Controvérsias	Solução Arbitral
Haroldo Valladão	Submissão ao Congresso Nacional de Convenções adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, emitido no Rio de Janeiro, em 10 de março de 1961	Rio de Janeiro	1961	Tratados	Adesão
Haroldo Valladão	Submissão ao Congresso Nacional da Convenção nº 110, sobre as Condições de Emprego dos Trabalhadores de Fazendas, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, emitido no Rio de Janeiro, em 10 de março de 1961	Rio de Janeiro	1961	Tratados	Adesão
Haroldo Valladão	Acordo Nipo-Brasileiro em Matéria Judicial – Inconveniência de acordo investindo Chefes de Missões diplomáticas ou Repartições consulares da capacidade de proceder a citações e tomada de depoimentos de testemunhas no território nacional, emitido no Rio de Janeiro, em 5 de abril de 1961	Rio de Janeiro	1961	Jurisdição e Imunidades	Jurisdição

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Haroldo Valladão	Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc). Privilégios e imunidades, emitido no Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1961	Rio de Janeiro	1961	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Haroldo Valladão	Adesão de Países ao GATT, emitido no Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1961	Rio de Janeiro	1961	Organizações Internacionais	Composição (Admissão de Membro)
Haroldo Valladão	Reconhecimento tácito de Estado ou Governo e estabelecimento tácito de relações diplomáticas, emitido no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1961	Rio de Janeiro	1961	Reconhecimento	Natureza Jurídica do Ato de Reconhecimento
Haroldo Valladão	Asilo político em navio de guerra, emitido no Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1961	Rio de Janeiro	1961	Direito de Asilo	Asilo Territorial
Haroldo Valladão	Entre os recursos naturais da plataforma continental inclui-se a lagosta. – Aplicação do Decreto no 28.840, de 8 de novembro de 1950. Inaplicabilidade da Convenção de Genebra de 19 de abril de 1958, emitido no Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1962	Rio de Janeiro	1962	Direito do Mar	Direitos de Pesca
Haroldo Valladão	Conceito moderno de ratificação dos tratados e convenções, democrático, originário do Direito Internacional americano, emitido no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1962	Rio de Janeiro	1962	Tratados	Aprovação e Ratificação
Haroldo Valladão	Providências a adotar quanto a asilados políticos que cometem crimes de injúria e calúnia contra Chefe de Missão diplomática do Brasil, emitido no Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1962	Rio de Janeiro	1962	Direito de Asilo	Direito de Asilo em Geral
Haroldo Valladão	Pesca de lagostas por barcos francesas no Nordeste do Brasil, emitido no Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1962	Rio de Janeiro	1962	Direito do Mar	Direitos de Pesca

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Haroldo Valladão	Ações cominatórias e de despejo contra a sede da representação diplomática da Bolívia, emitido no Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1963	Rio de Janeiro	1963	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Haroldo Valladão	Entre os recursos naturais da plataforma continental inclui-se a lagosta. – Aplicação do Decreto no 28.840, de 8 de novembro de 1950. Inaplicabilidade da Convenção de Genebra de 19 de abril de 1958 (aditamento), emitido no Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1963	Rio de Janeiro	1963	Direito do Mar	Direitos de Pesca
Haroldo Valladão	Pesca de lagosta na plataforma submarina brasileira, emitido no Rio de Janeiro, em 29 de abril de 1963	Rio de Janeiro	1963	Direito do Mar	Direitos de Pesca
Haroldo Valladão	Vistos a nacionais de países não reconhecidos de jure pelo Brasil, emitido no Rio de Janeiro, em 5 de abril de 1963	Rio de Janeiro	1963	Reconhecimento	Natureza Jurídica do Ato de Reconhecimento
Haroldo Valladão	Acordo econômico entre Brasil e a República Federal da Alemanha – Cláusula de sub-rogação e de arbitramento internacional, emitido no Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1964	Rio de Janeiro	1964	Solução Pacífica de Controvérsias	Solução Arbitral
Amilcar de Araújo Falcão	Salto das Sete Quedas, emitido no Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1964	Rio de Janeiro	1964	Rios Internacionais	Rios Internacionais
Amilcar de Araújo Falcão	Acordo (multilateral) sobre Privilégios e Imunidades da OEA, emitido no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1964	Rio de Janeiro	1964	Jurisdição e Imunidades	Imunidades

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Haroldo Valladão	Pedido de Portugal ao Conselho da Unesco para que solicite parecer da Corte Internacional de Justiça sobre legalidade da decisão do mesmo Conselho excluindo aquele Estado da XXVIII Conferência Internacional de Instrução Pública – Apreciação do pedido em face dos arts. 96 da Carta da ONU e 65 do Estatuto da CIJ, emitido no Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1965	Rio de Janeiro	1965	Organizações Internacionais	Atos de Organizações Internacionais
Amilcar de Araújo Falcão	Uso industrial e agrícola de rios e lagos internacionais. Projeto de Convenção elaborado pela Comissão Jurídica Interamericana, emitido no Rio de Janeiro, em 6 de janeiro de 1965	Rio de Janeiro	1965	Rios Internacionais	Rios Internacionais
Haroldo Valladão	Imunidade da Missão do Comitê Intergovernamental para as Migrações Européias (Cime) no Brasil à Justiça do Trabalho. Necessidade de aprovação (pelo) ou acordo (com o) governo do Brasil, emitido no Rio de Janeiro, em 16 de maio de 1966	Rio de Janeiro	1966	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Haroldo Valladão	Mar territorial e direito de pesca. Trabalhos da Divisão Jurídica e da Comissão do Direito do Mar, emitido no Rio de Janeiro, em 11 de junho de 1966	Rio de Janeiro	1966	Direito do Mar	Direitos de Pesca
Haroldo Valladão	Aprovação pelo Congresso e ratificação pelo Executivo de Convenção da Organização Internacional do Trabalho, emitido no Rio de Janeiro, em 26 de julho de 1966	Rio de Janeiro	1966	Tratados	Aprovação e Ratificação

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Haroldo Valladão	Convenção da ONU sobre Direito dos Tratados – Exame do projeto de Convenção da Comissão de Codificação do Direito Internacional da ONU, emitido no Rio de Janeiro, em 21 de março de 1968	Rio de Janeiro	1968	Codificação do Direito Internacional	Codificação do Direito Internacional
Haroldo Valladão	Projeto de Convenção acerca da Não-Aplicação de Disposições Legais sobre Prescrição quanto a Crimes de Guerra e Contra a Humanidade, emitido no Rio de Janeiro, em 12 de junho de 1968	Rio de Janeiro	1968	Codificação do Direito Internacional	Codificação do Direito Internacional
Haroldo Valladão	Pacto das Nações Unidas sobre Direitos do Homem – Assinatura pelo Brasil, emitido no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1968	Rio de Janeiro	1968	Direitos Humanos	Direitos Humanos
Haroldo Valladão	Projeto de Convenção Interamericana de Direitos Humanos, emitido no Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1968	Rio de Janeiro	1968	Direitos Humanos	Direitos Humanos
Haroldo Valladão	Reunião da CECLA – Proposta chilena de um tratamento especial, no direito internacional, de os Estados em via de desenvolvimento, emitido no Rio de Janeiro, em 3 de maio de 1969	Rio de Janeiro	1969	Evolução e Fontes do Direito Internacional	Evolução
Haroldo Valladão	Conclusão e assinatura de acordos internacionais, emitido no Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1969	Rio de Janeiro	1969	Tratados	Aprovação
Haroldo Valladão	Corte Internacional de Justiça. Parecer consultivo sobre Namíbia solicitado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, emitido no Rio de Janeiro, em 29 de outubro de 1970	Rio de Janeiro	1970	Organizações Internacionais	Atos de Organizações Internacionais

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Haroldo Valladão	Cláusula de Conciliação segundo as normas de Conciliação e Arbitragem da Câmara Internacional de Comércio de Paris, emitido no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 1970	Rio de Janeiro	1970	Solução Pacífica de Controvérsias	Solução Arbitral
Augusto de Rezende Rocha	Auxiliares de Adidos Militares: prerrogativas e vantagens a que fazem jus. Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, emitido em Brasília, em 13 de novembro de 1973	Brasília	1973	Outros Tópicos de Direito Internacional	Relações Diplomáticas
Augusto de Rezende Rocha	Reconhecimento do governo da República Popular da China pelo governo brasileiro, emitido em Brasília, em 9 de setembro de 1974	Brasília	1974	Reconhecimento	Reconhecimento de Estado
Augusto de Rezende Rocha	Tratados ou outros ajustes internacionais – sua processualística: requisitos constitucionais e legais internos; requisitos de praxe internacional, emitido em Brasília, 12 de setembro de 1975	Brasília	1975	Tratados	Tratados em Geral
Augusto de Rezende Rocha	Projeto de Convênio complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica Brasil – Nações Unidas e Agências Especializadas, emitido em Brasília, em 23 de janeiro de 1976	Brasília	1976	Organizações Internacionais	Atos de Organizações Internacionais
Augusto de Rezende Rocha	Interpretação do artigo 21 do Tratado de Montevideu, emitido em Brasília, em 10 de setembro de 1976	Brasília	1976	Tratados	Aplicação
Miguel Franchini Neto	Crise das Malvinas – Aspectos Jurídicos, emitido em Brasília, em 12 de abril de 1982	Brasília	1982	Princípios que Regem as Relações Amistosas entre os Estados	Soberania
Miguel Franchini Neto	Crise das Malvinas – Aspectos Jurídicos (adendo), emitido em Brasília, em 20 de abril de 1982	Brasília	1982	Princípios que Regem as Relações Amistosas entre os Estados	Soberania

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Miguel Franchini Neto	Zona total de exclusão em torno das Ilhas Malvinas, emitido em Brasília, em 29 de abril de 1982	Brasília	1982	Direito do Mar	Mar Territorial
Miguel Franchini Neto	Alegações expressas em nota da República da Argentina requerendo internamento de aeronave britânica, doutrina e prática inglesas e possíveis precedentes, emitido em Brasília, em 7 de junho de 1982	Brasília	1982	Conflitos Armados e Neutralidade	Neutralidade
Miguel Franchini Neto	Asilo diplomático concedido pela Embaixada do Brasil na Guatemala ao Dr. Francisco René Bobadilla Palomo, ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Alimentação do governo Lucas Garcia, deposto do poder pela Junta Militar chefiada pelo General Efraim Rios Montt, emitido em Brasília, em 25 de novembro de 1982	Brasília	1982	Direito de Asilo	Asilo Diplomático
Miguel Franchini Neto	Asilo diplomático na América Latina. Conveniência e oportunidade da elaboração de circular com informações e instruções aos postos no continente, emitido em Brasília, em 25 de março de 1983	Brasília	1983	Direito de Asilo	Asilo Diplomático
Miguel Franchini Neto	Concessão de privilégios e imunidades aos técnicos internacionais a serem contratados pela Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP), emitido em Brasília, em 22 de abril de 1983	Brasília	1983	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Miguel Franchini Neto	Tratados Internacionais – Interpretação, emitido em Brasília, em 24 de agosto de 1983	Brasília	1983	Tratados	Tratados em Geral
Miguel Franchini Neto	Relações República Dominicana/Brasil, emitido em Brasília, em 24 de abril de 1984	Brasília	1984	Direitos e Deveres dos Estados	Direitos e Deveres dos Estados

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Miguel Franchini Neto	Imunidade Jurisdicional dos Estados – Projeto da CJI, emitido em Brasília, em 13 de junho de 1984	Brasília	1984	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Miguel Franchini Neto	Projeto de Decreto Legislativo no 67/84. Apresenta novo dispositivo ao “Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina” de 9 de maio de 1967, emitido em Brasília, em 31 de outubro de 1984	Brasília	1984	Tratados	Revisão
Antonio Augusto Cançado Trindade	Delimitação e Demarcação da Fronteira Brasil-Uruguai: a Nota Uruguia de 27 de Março de 1985 e os Argumentos do Brasil, emitido em Brasília, em 22 de maio de 1985	Brasília	1985	Território	Delimitação e Demarcação de Fronteiras
Antonio Augusto Cançado Trindade	O Brasil e a Proteção Internacional dos Direitos Humanos: Fundamentos Jurídicos para o Reexame da Posição do Brasil, emitido em Brasília, em 16 de agosto de 1985.	Brasília	1985	Direitos Humanos	Direitos Humanos
Antonio Augusto Cançado Trindade	Os Mecanismos de Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais e a Crise na América Central: Ata de Contadora, Documento de Tegucigalpa e Outras Gestões e Propostas de paz, emitido em Brasília, em 9 de setembro de 1985.	Brasília	1985	Solução Pacífica de Controvérsias	Soluções Pacíficas em Geral
Antonio Augusto Cançado Trindade	Fundamentos Jurídicos, Natureza, Efeitos e Alcance das Sanções do Brasil à África do Sul: o Decreto no 91.524 de 9 de Agosto de 1985 e as Medidas Contra o Apartheid, emitido em Brasília, em 30 de setembro de 1985	Brasília	1985	Princípios que Regem as Relações Amistosas entre os Estados	Sanções
Antonio Augusto Cançado Trindade	Cláusulas sobre Solução Pacífica de Controvérsias em Acordos Internacionais (Com Atenção Especial à	Brasília	1985	Solução Pacífica de Controvérsias	Soluções Pacíficas em Geral

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
	Prática do Brasil), emitido em Brasília, em 28 de outubro de 1985.				
Antonio Augusto Cançado Trindade	Os Limites da Jurisdição Obrigatória da Corte Internacional de Justiça e as Perspectivas da Solução Judicial de Controvérsias Internacionais (Com Atenção Especial ao Contencioso Nicarágua versus Estados Unidos, 1984-1985), emitido em Brasília, em 2 de janeiro de 1986	Brasília	1986	Solução Pacífica de Controvérsias	Solução Judicial
Antonio Augusto Cançado Trindade	Subsídios para a Elaboração de Instruções à Delegação do Brasil à Conferência de Viena sobre Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais de 1986, emitido em Brasília, em 17 de janeiro de 1986	Brasília	1986	Codificação do Direito Internacional	Codificação do Direito Internacional
Antonio Augusto Cançado Trindade	Consolidação das Posições do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Direito dos Tratados entre Estados e Organizações Internacionais ou entre Organizações Internacionais (Viena, 1986), emitido em Viena, em 21 de março de 1986	Viena	1986	Codificação do Direito Internacional	Codificação do Direito Internacional
Antonio Augusto Cançado Trindade	A Questão da Imunidade de Jurisdição do Agente Diplomático em Matéria Trabalhista, emitido em Brasília, em 22 de abril de 1986	Brasília	1986	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Antonio Augusto Cançado Trindade	Imunidade do Estado – Nova Lei Australiana de 1985, emitido em Brasília, em 7 de maio de 1986	Brasília	1986	Jurisdição e Imunidades	Imunidades

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Antonio Augusto Cançado Trindade	A Proteção dos Refugiados em Seus Aspectos Jurídicos: a Convenção de Genebra de 1951 Relativa ao Estudo do Refugiado e a Questão do Levantamento pelo Brasil da Reserva Geográfica, emitido em Brasília, em 19 de maio de 1986	Brasília	1986	Refugiados e Apátridas	Refugiados e Apátridas
Antonio Augusto Cançado Trindade	Ata de Contadora Revisada: Desenvolvimentos Recentes, os Quatro Protocolos Adicionais e a Posição do Brasil, emitido em Brasília, em 30 de maio de 1986	Brasília	1986	Solução Pacífica de Controvérsias	Soluções Pacíficas em Geral
Antonio Augusto Cançado Trindade	A Questão da Competência do Itamaraty na Determinação do Limite Exterior da Plataforma Continental Brasileira, emitido em Brasília, em 5 de junho de 1986	Brasília	1986	Direito do Mar	Plataforma Continental
Antonio Augusto Cançado Trindade	A Necessidade de Harmonização entre a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Legislação Nacional sobre a Matéria, emitido em Brasília, em 11 de julho de 1986	Brasília	1986	Direitos Humanos	Direitos Humanos
Antonio Augusto Cançado Trindade	A Constituição de Missões de Observação e Forças de Paz ou Emergência para Operação Internacional à Luz do Direito Internacional Público e do Direito Interno Brasileiro, emitido em Brasília, em 7 de agosto de 1986	Brasília	1986	Solução Pacífica de Controvérsias	Operações de Forças de Paz
Antonio Augusto Cançado Trindade	Apresamento de Navio – Direito de Visita – Beligerância e Neutralidade – Direitos de Navegação, emitido em Brasília, em 19 de setembro de 1986	Brasília	1986	Responsabilidade Internacional do Estado	Reparação de Danos

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Antonio Augusto Cançado Trindade	O Projeto de Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: Elementos para a Tomada de Posição do Brasil, emitido em Brasília, em 26 de março de 1987	Brasília	1987	Direitos Humanos	Direitos Humanos
Antonio Augusto Cançado Trindade	Análise Crítica do Projeto de Tratado de Institucionalização do Parlamento Latino-Americano, emitido em Brasília em 17 de setembro de 1987	Brasília	1987	Organizações Internacionais	Criação
Antonio Augusto Cançado Trindade	Novos Elementos para Tomada de Posição do Brasil em Relação ao Projeto de Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, emitido em Brasília, em 20 de outubro de 1987	Brasília	1987	Direitos Humanos	Direitos Humanos
Antonio Augusto Cançado Trindade	Apreciação do Projeto de Artigos sobre Imunidades Jurisdicionais dos Estados e de sua Propriedade da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas – Posições do Brasil, emitido em Brasília, em 3 de novembro de 1987	Brasília	1987	Codificação do Direito Internacional	Codificação do Direito Internacional
Antonio Augusto Cançado Trindade	Denúncia e Nova Adesão do Governo Brasileiro à Convenção nº 81 da Organização Internacional do Trabalho (1947), emitido em Brasília, em 24 de novembro de 1987	Brasília	1987	Tratados	Revisão
Antonio Augusto Cançado Trindade	Posições do Brasil em Matéria de Reconhecimento de Governo, emitido em Brasília, em 17 de dezembro de 1987	Brasília	1987	Reconhecimento	Reconhecimento de Governo

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Antonio Augusto Cançado Trindade	Medidas Coercitivas de Caráter Econômico e Proposta de Alteração do Artigo 19 da Carta da OEA: Elementos Básicos para a Tomada de Posição do Brasil, emitido em Brasília, em 28 de janeiro de 1988	Brasília	1988	Princípios que Regem as Relações Amistosas entre os Estados	Sanções
Antonio Augusto Cançado Trindade	Análise da Situação Jurídica da Representação da Organização para Libertação da Palestina no Brasil, emitido em Brasília, em 10 de março de 1988	Brasília	1988	Reconhecimento	Reconhecimento de Estado
Antonio Augusto Cançado Trindade	Acordos Internacionais: as Atribuições Distintas de Negociação pelo Poder Executivo e de Aprovação pelo Poder Legislativo, emitido em Brasília, em 24 de março de 1988	Brasília	1988	Tratados	Aprovação
Antonio Augusto Cançado Trindade	Cláusula sobre Solução de Controvérsias no Projeto da Convenção sobre Recursos Minerais Antárticos: Elementos para Tomada de Posição do Brasil, emitido em Brasília, em 4 de maio de 1988	Brasília	1988	Solução Pacífica de Controvérsias	Solução Arbitral e Judicial
Antonio Augusto Cançado Trindade	Convenções de Nova York de 1973 e 1980 contra o Terrorismo – Compromissos para os Estados-partes e alcance das obrigações previstas, emitido em Brasília, em 27 de maio de 1988	Brasília	1988	Tratados	Adesão
Antonio Augusto Cançado Trindade	Reclamações de Danos de Guerra – Contencioso Diplomático, emitido em Brasília, em 24 de julho de 1988	Brasília	1988	Beligerância e Neutralidade	Reparações de Guerra

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Antonio Augusto Cançado Trindade	A Questão do Reconhecimento de Governo, Face à Dualidade de Poderes, no Período de Transição e Instabilidade Institucional no Líbano: Elementos para Tomada de Posição do Brasil, emitido em Brasília, em 17 de outubro de 1988	Brasília	1988	Reconhecimento	Reconhecimento de Governo
Antonio Augusto Cançado Trindade	A Questão do Eventual Estabelecimento de Governo Provisório Palestino no Exílio: Elementos para Tomada de Posição do Brasil, emitido em Brasília, em 11 de novembro de 1988	Brasília	1988	Reconhecimento	Reconhecimento de Governo
Antonio Augusto Cançado Trindade	A Proclamação do 'Estado Independente da Palestina' e a Questão da Situação Jurídica da Representação da Palestina no Brasil, emitido em Brasília, em 2 de março de 1989	Brasília	1989	Reconhecimento	Reconhecimento de Estado
Antonio Augusto Cançado Trindade	Fundamentação Jurídica da Prática Constitucional do Itamaraty em Matéria de Celebração de Acordos Internacionais, emitido em Brasília, em 3 de abril de 1989	Brasília	1989	Tratados	Capacidade para Concluir Tratados (Treaty-Making Power)
Antonio Augusto Cançado Trindade	Palestina: Informação para o Presidente da República – Admissão da Palestina na OMS, emitido em Brasília, em 12 de maio de 1989	Brasília	1989	Organizações Internacionais	Composição (Admissão de Membro)
Antonio Augusto Cançado Trindade	Direito do Mar – Mar Territorial: Largura – Convenção das Nações Unidas de 1982, emitido em Brasília, em 29 de junho de 1989	Brasília	1989	Direito do Mar	Mar Territorial
Antonio Augusto Cançado Trindade	A Questão da Determinação do Não-Cumprimento das Disposições do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio de 1987, emitido em Brasília, em 4 de julho de 1989	Brasília	1989	Meio Ambiente	Meio Ambiente

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Antonio Augusto Cançado Trindade	O Brasil e a Proteção Internacional dos Direitos Humanos (Instrumentos e Cláusulas Facultativos): Fundamentos Jurídicos para a Consolidação da Nova Posição do Brasil, emitido em Brasília, em 18 de outubro de 1989	Brasília	1989	Direitos Humanos	Direitos Humanos
Antonio Augusto Cançado Trindade	Reparação de Danos – Pedido de Proteção Diplomática, emitido em Brasília, em 14 de dezembro de 1989	Brasília	1989	Responsabilidade Internacional do Estado	Proteção Diplomática
Antonio Augusto Cançado Trindade	Argumentos de Israel sobre a Aplicação no Caso Palestino dos Critérios para a Caracterização do Estado no Direito Internacional, emitido em Brasília, em 20 de janeiro de 1990	Brasília	1990	Reconhecimento	Reconhecimento de Estado
Antonio Augusto Cançado Trindade	Consultas Mundiais das Nações Unidas sobre a Realização do Direito ao Desenvolvimento como um Direito Humanos (Genebra, 8 a 12 de janeiro de 1990), emitido em Genebra e Brasília, entre os dias 12 e 22 de janeiro de 1990	Genebra e Brasília	1990	Direitos Humanos	Direitos Humanos
Antonio Augusto Cançado Trindade	A Questão da Solciitação da Comunidade Econômica Européia (CEE) de Admissão como Membro Pleno da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO): Elementos básicos para tomada de posição do Brasil, emitido em Brasília, em 12 de março de 1990	Brasília	1990	Organizações Internacionais	Composição (Admissão de Membro)
Vicente Marotta Rangel	Modificação de acordo de cooperação entre Brasil e EUA em ciência e tecnologia, emitido em Brasília, em 29 de outubro de 1990	Brasília	1990	Tratados	Revisão

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Vicente Marotta Rangel	Aplicação de Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas decorrentes da ocupação do Kuaite, emitido em Brasília, em 16 de janeiro de 1991	Brasília	1991	Organizações Internacionais	Atos de Organizações Internacionais
Vicente Marotta Rangel	Exame do projeto de Declaração sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários, emitido em Brasília, em 8 de fevereiro de 1991	Brasília	1991	Codificação do Direito Internacional	Codificação do Direito Internacional
Vicente Marotta Rangel	Projeto de Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas, emitido em Brasília, em 15 de fevereiro de 1991	Brasília	1991	Codificação do Direito Internacional	Codificação do Direito Internacional
Vicente Marotta Rangel	Anteprojeto de Convenção Interamericana para Facilitar a Ajuda em Caso de Desastre, emitido em Brasília, em 28 de fevereiro de 1991	Brasília	1991	Codificação do Direito Internacional	Codificação do Direito Internacional
Vicente Marotta Rangel	Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos relativo à Abolição da Pena de Morte: Exame da compatibilidade da Convenção com o direito brasileiro, emitido em Brasília, em 6 de março de 1991	Brasília	1991	Tratados	Adesão
Vicente Marotta Rangel	Visita a portos brasileiros de navios estrangeiros propulsados por energia nuclear, emitido em Brasília, em 7 de maio de 1991	Brasília	1991	Direito do Mar	Direito do Mar em Geral
Vicente Marotta Rangel	Ampliação do âmbito de validade territorial de acordo – Convenção de Viena sobre sucessão de Estados em matéria de tratado – Efeitos da reunificação da Alemanha sobre tratado de tributação, emitido em Brasília, em 23 de maio de 1991	Brasília	1991	Sucessão de Estados (Em Matéria de Tratados)	Sucessão de Estados (Em Matéria de Tratados)

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Vicente Marotta Rangel	Questões trabalhistas relativas a funcionários do Sistema das Nações Unidas, emitido em Brasília, em 8 de julho de 1991	Brasília	1991	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Vicente Marotta Rangel	UNIDROIT: Reingresso do Brasil, emitido em Brasília, em 6 de agosto de 1991	Brasília	1991	Tratados	Adesão
Vicente Marotta Rangel	Controvérsia jurídica entre Namíbia e Alemanha a propósito da Lei de 11 de junho de 1990 daquele país – Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, emitido em Brasília, em 19 de agosto de 1991	Brasília	1991	Direito do Mar	Mar Territorial
Vicente Marotta Rangel	Emendas dos tratados internacionais, emitido em Brasília, em 24 de setembro de 1991	Brasília	1991	Tratados	Emendas
Vicente Marotta Rangel	Tramitação de lei sobre cumprimento de legislação trabalhista para representações diplomáticas e consulares estrangeiras, emitido em Brasília, em 21 de outubro de 1991	Brasília	1991	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
Vicente Marotta Rangel	Questão de saber se emenda de tratado bilateral implica necessariamente rejeição, emitido em Brasília, em 1 de novembro de 1991	Brasília	1991	Tratados	Emendas
Vicente Marotta Rangel	Exame de emenda proposta ao Protocolo de Solução de Controvérsias do Mercosul, emitido em Brasília, em 12 de dezembro de 1991	Brasília	1991	Solução Pacífica de Controvérsias	Solução Arbitral e Judicial
Vicente Marotta Rangel	Tratado do Mercosul e liberação comercial, emitido em Brasília, em 24 de fevereiro de 1992	Brasília	1992	Solução Pacífica de Controvérsias	Soluções Pacíficas em Geral

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Vicente Marotta Rangel	Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, emitido em Brasília, em 4 de fevereiro de 1992	Brasília	1992	Responsabilidade Internacional do Estado	Reparação de Danos
Vicente Marotta Rangel	Tratado de Assunção: Autoaplicabilidade de normas do Mercosul, emitido em Brasília, em 26 de junho de 1992	Brasília	1992	Organizações Internacionais	Atos de Organizações Internacionais
Vicente Marotta Rangel	Imunidade jurisdicional dos Estados e sua propriedade: comentários sobre o projeto de artigos da Comissão de Direito Internacional da ONU, emitido em Brasília, em 12 de junho de 1992	Brasília	1992	Jurisdição e Imunidades	Imunidades
João Grandino Rodas	Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador) e Protocolo relativo à Abolição da Pena de Morte: Exame com vistas ao processo de adesão do Brasil, emitido em Brasília, em 22 de agosto de 1992	Brasília	1992	Direitos Humanos	Direitos Humanos
João Grandino Rodas	Pedido de Opinião Consultiva à Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre a interpretação do Art. 4, parágrafos 2º e 3º, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, emitido em Brasília, em 23 de dezembro de 1993	Brasília	1993	Direitos Humanos	Direitos Humanos
João Grandino Rodas	Aplicação do Protocolo Financeiro concluído entre Brasil e França em 26 de maio de 1981, emitido em Brasília, em 23 de dezembro de 1993	Brasília	1993	Tratados	Aplicação
João Grandino Rodas	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais: Conclusão de Acordo-Quadro e/ou Contratos Financeiros, emitido em Brasília, em 1 de agosto de 1994	Brasília	1994	Meio Ambiente	Meio Ambiente

Consultor	Parecer	Cidade	Ano	Tema Geral	Tema Específico
Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros	Regulamentação do Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias, emitido em Brasília, em 4 de maio de 1998	Brasília	1998	Solução Pacífica de Controvérsias	Solução Arbitral e Judicial
Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros	Declaração de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, emitido em Brasília, em 19 de agosto de 1998	Brasília	1998	Direitos Humanos	Direitos Humanos
Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros	Declaração de reconhecimento da competência obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos (adendo), emitido em Brasília, em 20 de agosto de 1998	Brasília	1998	Direitos Humanos	Direitos Humanos
Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros	Tratado de Cooperação Amazônica – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, emitido em Brasília, em 9 de setembro de 1998	Brasília	1998	Organizações Internacionais	Criação
Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros	Convenção relativa ao reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras: subsídios para a adesão do Brasil, emitido em Brasília, em 26 de novembro de 1998	Brasília	1998	Tratados	Adesão
Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros	Acordo de bitributação entre Brasil e Reino Unido para evitar dupla taxação de lucros decorrentes de transporte aéreo e marítimo, emitido em Brasília, em 20 de janeiro de 1999	Brasília	1999	Tratados	Aplicação
Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros	Impossibilidade jurídica de o Município celebrar contrato ou convênio com Pessoa de Direito Internacional, emitido em Brasília, em 4 de maio de 1999	Brasília	1999	Tratados	Capacidade para Concluir Tratados (Treaty-Making Power)

Apêndice IV – Resposta a Questionário: ILA-Brasil

Qual é a missão e os principais objetivos da ILA-Brasil?

A "International Law Association" (ILA, <http://www.ila-hq.org/>), originalmente "The Association for the Codification and the Development of the Law of Nations", foi fundada em uma conferência internacional em Bruxelas, em 1873, tendo como objetivos o estudo, esclarecimento e desenvolvimento do Direito Internacional Público e Privado, do Direito Comparado e das Relações Internacionais. Estes mesmos objetivos são compartilhados pelo Ramo Brasileiro da ILA.

Atualmente, a ILA, cuja sede mundial é em Londres (Reino Unido), conta com mais de 3.500 membros em mais de 50 países e mantém status consultivo, na qualidade de organização não-governamental, junto a várias agências especializadas da ONU e outras organizações internacionais. Acolhendo acadêmicos, estudantes, advogados, diplomatas, agentes públicos, magistrados de Cortes Internacionais, ministros de vários governos e árbitros internacionais, a ILA reúne-se, a cada dois anos, em grandes conferências gerais para debater o desenvolvimento do Direito e das Relações Internacionais, nos mais variados aspectos – direitos humanos, investimentos, patrimônio cultural, proteção ao consumidor, comércio internacional, meio ambiente e mudanças climáticas, conflitos armados, tribunais internacionais, processualística, propriedade intelectual, mercado financeiro, migrações etc. Os programas dessas conferências estão online.

O Ramo Brasileiro da ILA, denominado ILA-Brasil, tem mais de 50 anos de existência, foi fundado em 10/06/1950, e seus últimos Presidentes foram o Embaixador Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, o Prof. Dr. José Carlos de Magalhães, bem como o Professor e Árbitro Internacional Eduardo Grebler. O atual presidente é o Prof. Dr. Marcílio Franca. No site da ILA-Brasil podem ser consultados mais detalhes sobre as atividades e os

eventos da instituição
(<https://www.facebook.com/profile.php?id=100005605878795&fref=ts>).

As últimas Conferências Bienais da ILA foram realizadas em Seul (1986), Varsóvia (1988), Queensland (1990), Cairo (1992), Buenos Aires (1994), Helsinki (1996), Taiwan (1998), Londres (2000), Nova Déli (2002), Berlim (2004), Toronto (2006), Rio de Janeiro (2008), Haia (2010), Sofia (2012), Washington (2014) e Joanesburgo (2016), com alternância entre regiões geográficas. O número de participantes varia entre 400 e 800 profissionais e estudantes vindos de todas as partes do mundo.

No decorrer dos últimos anos, os trabalhos e resoluções dos Comitês da ILA, devidamente aprovados por sua Assembleia Geral reunida nas Conferências Bienais, têm sido utilizados pela ONU e por outras agências internacionais, muitas vezes resultando em documentos adotados pela Comunidade Internacional, tais como a Convenção da UNESCO sobre a Herança Cultural Submersa da Humanidade e a Declaração da ONU sobre os Princípios Imanentes ao Desenvolvimento Sustentável. Da mesma forma, a doutrina internacional faz constantes referências ao trabalho da ILA, como no caso das Helsinki Rules sobre o uso de águas internacionais e a Declaração de Seul sobre o Direito ao Desenvolvimento.

Qual o perfil dos(as) associados(as) da ILA-Brasil?

O perfil é bastante variado. Há desde acadêmicos, professores e pesquisadores com grande experiência universitária (muitos com livre-docência e pós-doutorado), até alunos de graduação e mestrado dedicados ao Direito Internacional e Relações Internacionais. Há ainda muitos diplomatas da ativa e aposentados, advogados internacionalistas, além de juízes e árbitros internacionais. Há servidores públicos também (procuradores, advogados públicos, assessores etc.). Isso tudo confere à ILA-Brasil uma boa mistura entre teoria e prática em muitas searas do panorama jurídico-político internacional. Há desde pessoas dedicadas à teoria das relações internacionais ou à filosofia do Direito Internacional até profissionais envolvidos em escritórios especializados de

comércio internacional. Penso que a atual diretoria da ILA-Brasil reflete essa enorme pluralidade.

Quantos(as) associados(as) a ILA-Brasil possui hoje? Há informações sobre a distribuições geográfica dos(as) associados(as)?

Hoje, temos 167 sócios, distribuídos em todas as regiões do país. Há, obviamente, uma concentração maior dos sócios no Sudeste, embora, desde o início do meu mandato tenha havido uma significativa expansão da ILA nas demais regiões do país.

A ILA-Brasil mantém diálogo com outras sociedades de Direito Internacional no Brasil e/ou em outros países? Quais?

Como eu disse, a ILA conta hoje, no mundo, com mais de 50 ramos nacionais. Semestralmente, representantes de todos esses ramos reúnem-se em Londres para os encontros do Conselho Executivo da ILA. Nesses encontros, programamos atividades e publicações bilaterais ou multilaterais com os demais ramos. Em particular, a ILA-Brasil mantém laços especialmente ativos com a ILA Portugal, a ILA Suíça, a ILA Canadá, a ILA Itália e a ILA Alemanha. Com a ILA Suíça e a ILA Portugal já chegamos a participar de eventos recíprocos. Além dessas conexões com outros ramos da ILA, nós mantemos contato com a Sociedade Francesa de Direito Internacional e com a Rede Mundial de Sociedades de Direito Internacional. No Brasil, mantemos contatos mais frequentes com think-tanks de Direito Internacional como o CEDIN, de Belo Horizonte, a Academia Brasileira de Direito Internacional, ABDI, em São Paulo.

É possível indicar, a partir da atuação da ILA-Brasil, temas de Direito Internacional de interesse recorrente entre os(as) associados(as)?

Grande parte do trabalho da ILA é desenvolvido em comitês temáticos internacionais, integrado por membros de ramos nacionais da ILA – professores, diplomatas, juristas etc. São os trabalhos de pesquisa, as propostas de tratados, as convenções-modelo e as resoluções desses Comitês

Internacionais da ILA que muitas vezes subsidiam os organismos jurídicos internacionais, tanto sob a forma de drafts como sob a forma de valiosa doutrina internacional. A ILA-Brasil procura manter, pelo menos, dois representantes em cada um desses comitês temáticos. Eis alguns dos temas desses comitês:

- Baselines under the International Law of the Sea
- Complementarity in International Criminal Law
- Feminism and International Law
- Global Health Law
- Implementation of the Rights of Indigenous Peoples
- Intellectual Property and Private International Law
- International Commercial Arbitration
- International Law and Sea Level Rise
- International Monetary Law
- International Protection of Consumers
- International Securities Regulation
- Islamic Law & International Law
- Nuclear weapons, non proliferation & contemporary international law
- Procedure of International Courts and Tribunals
- Protection of Privacy in Private International and Procedural Law
- Recognition/Non-recognition in International Law
- Role of International Law in Sustainable Natural Resource Management for Development
- Rule of Law and International Investment Law
- Space Law
- Sustainable Development and the Green Economy in International Trade Law
- Use of Force

Esses são, portanto, alguns dos temas que também estudamos na ILA-Brasil. Uma lista completa de temas dos comitês internacionais já extintos (e que contaram também com a participação de brasileiros) pode ser lida em <http://www.ila-hq.org/en/committees/>. Há, por fim, os Grupos de Estudo que também enfrentam temas de interesse da ILA-Brasil (<http://www.ila-hq.org/en/study-groups/index.cfm>)

Apêndice V – Resposta a Questionário: CEDIN

Qual é a missão e os principais objetivos do CEDIN?

O CEDIN é uma associação civil sem fins lucrativos e que tem como finalidade o desenvolvimento do Direito Internacional. Sua atividade principal consiste, portanto, na produção de obras jurídicas e na realização de eventos que permitam debater temas atuais do cenário internacional. Busca-se, assim, estabelecer um diálogo entre o meio acadêmico e a sociedade civil e numa perspectiva mais ampla promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos e os valores universais consagrados pelo Direito Internacional e fundamentais à concretização de uma comunidade internacional mais justa e equilibrada.

Qual o perfil dos(as) associados(as) do CEDIN?

O CEDIN não possui associados formais, mas possui 13 funcionários que realizam as atividades do Centro. O CEDIN conta um Conselho Consultivo, composto por renomados professores e profissionais do Direito Internacional que garante e atesta a qualidade dos trabalhos do Centro. O Conselho é composto por alguns dos brasileiros de maior destaque na área e por estrangeiros que são referência mundial no estudo do tema.

Quantos(as) associados(as) o CEDIN possui hoje? Há informações sobre a distribuições geográficas dos(as) associados(as)?

Os funcionários são todos de Belo Horizonte e os membros do Conselho Consultivo são do Brasil e de variados países (França, Países Baixos, Espanha, Estados Unidos, Portugal, Itália, Suíça e Argentina).

O CEDIN mantém diálogo com outras sociedades de Direito Internacional no Brasil e/ou em outros países? Quais?

Sim. O CEDIN realiza projetos com outras instituições dedicadas ao estudo e pesquisa do Direito Internacional, tais como Fundação

Konrad Adenauer, Associação de Direito Internacional e a Comissão das Nações Unidas sobre Direito Internacional.

É possível indicar, a partir da atuação do CEDIN, temas de Direito Internacional de interesse recorrente entre os(as) associados(as)?

O CEDIN atua em variados temas que permeiam o Direito Internacional, tais como Direito Internacional dos Refugiados, Direito Internacional do Meio Ambiente, Direito Internacional dos Direitos Humanos e Teoria do Direito Internacional.